



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Luis Celestino de França Júnior**

**A FOME NA IMPRENSA : UM ESTUDO SOBRE CRITÉRIOS DE  
NOTICIABILIDADE NOS JORNAIS *Folha de S. Paulo* e *O Povo*.**

**RIO DE JANEIRO**

**2006**

**LUIS CELESTINO DE FRANÇA JÚNIOR**

**A fome na imprensa : um estudo sobre critérios de noticiabilidade nos jornais**

*Folha de S. Paulo e O Povo.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Moreno**

Rio de Janeiro

2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F814 França Junior, Luis Celestino.  
A fome na imprensa: um estudo sobre critérios de noticiabilidade nos jornais Folha de S. Paulo e O Povo / Luis Celestino França Junior. – 2006.  
122f.

Orientador: Carlos Moreno.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação Social.

1. Jornalismo - Brasil - Teses. I. Moreno, Carlos.  
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

CDU 070(81)

Luis Celestino de França Júnior

**A fome na imprensa.**

**Um estudo sobre critérios de noticiabilidade nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Povo***

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.*

BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof. Dr. Carlos Moreno**

---

**Prof. Dr. Felipe Pena**

---

**Prof. Dr. Hugo Lovisolo**

**Rio de Janeiro**

**2006**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Carlos Moreno, pela compreensão, pelas observações e pelo apoio.

Aos servidores da Biblioteca Pública do Ceará, em Fortaleza, e aos funcionários do Banco de Dados *da Folha de S. Paulo* que facilitaram o acesso aos arquivos dos jornais.

Aos colegas, professores e servidores do curso que me acompanharam durante esta trajetória.

Agradeço ainda a todos que de forma direta ou indireta ajudaram na elaboração deste trabalho.

## RESUMO

FRANÇA JUNIOR, Luis Celestino. **A fome na imprensa:** um estudo sobre critérios de noticiabilidade nos jornais Folha de S. Paulo e O Povo. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Este trabalho tem por objetivo fazer uma leitura sobre a cobertura da imprensa brasileira sobre a fome. Problema vivenciado por milhões de pessoas no Brasil e no mundo, a fome ainda não despertou o interesse de pesquisadores da área de comunicação sobre sua representação midiática. O trabalho usa como recorte dois jornais: *Folha de S. Paulo* e *O Povo*. Foi feito um levantamento sobre dez anos de cobertura de cada um dos jornais. O trabalho pretende, assim, também investigar diferenças e semelhanças de critérios de noticiabilidade entre veículos de comunicação de regiões diferentes.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Teoria da notícia. Fome. Seca. Reportagem.

## **ABSTRACT**

This work has the objective of do a lecture about the hunger press coerture. Problem lived by million of people in Brazil and in the world, the hunger hasn't still interest of researchers of communication area about the representations in media. The work uses two journals: Folha de S. Paulo and O Povo. Has been done a lecture about ten years of coerture in each journal. The work pretends also investigate differences in newsmaking criteriuns among journals of different areas.

**Keywords:** Jornalismo. News theory. Hunger. Reportage.

## Sumário

01. Introdução.....	01
02. Problemas do discurso jornalístico.....	05
2.1. Produção social de notícias.....	07
2.2. Teoria construcionista .....	12
2.3. Nacional versus regional/local .....	15
2.4. Reportagem: alguns conceitos.....	17
2.5. A crise da reportagem no Brasil .....	19
2.6. Jornalismo: produção da realidade .....	22
03. O problema da fome.....	24
3.1. Um breve histórico.....	24
3.2. Conceito sobre a fome .....	27
3.3. A dimensão do problema .....	29
3.4. Um país de gordos .....	33
3.5. A política de segurança alimentar .....	36
3.6. Estudos sobre a fome na imprensa .....	39
04. Proposta de leitura .....	42
4.1. Chaves de leitura .....	45
05. A fome no jornal <i>O Povo</i> .....	48
5.1. Fome, seca, pobreza, desnutrição...a ausência de “foco”.....	53
5.2. Fome: problema local, nacional ou internacional?.....	60
5.3. Fases da cobertura.....	66
5.4. A prevalência do gênero notícia.....	68
5.5. Leituras sobre a fome.....	70



5.5.1. A solidariedade dentro da ordem.....	71
5.5.2. As invasões bárbaras .....	77
5.5.3. Fome Zero.....	81
06. A construção da Fome no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....	87
6.1. A fome presente na <i>Folha</i> .....	89
6.2. Fases da cobertura da <i>Folha</i> .....	92
6.3. Fome: um problema nordestino ou brasileiro? .....	95
6.4. Ações bélicas .....	97
6.4.1. Do canibalismo à fome norte-americana.....	101
6.5. A fome em ano de seca.....	103
6.5.1. “É melhor pedir do que roubar”.....	103
6.6. “Em 4 anos, não haverá mais fome”.....	106
6.7. O programa Fome Zero.....	108
6.8. O fim da fome.....	112
07. Conclusões .....	115
08. Bibliografia .....	119
Anexos .....	122

## 01. Introdução

Vivenciada por milhões de pessoas no mundo<sup>1</sup> e no Brasil<sup>2</sup>, a fome é assunto de debates políticos e de pesquisas em diversas áreas, como economia (SEN, 2000), medicina, sociologia etc. Mesmo dada sua relevância no contexto da sociedade brasileira, são raros os estudos sobre a abordagem que a mídia faz sobre o tema. Durante a elaboração deste texto, conforme se verá, só foi identificada uma pesquisa sobre a cobertura midiática da fome, mesmo assim na área de lingüística o que mostra uma lacuna que, de alguma forma, essa dissertação possa preencher na área de comunicação, especificamente na área de estudos de jornalismo.

Num país de dimensões continentais como o Brasil e com várias diferenças regionais, partiu-se da hipótese de a fome ser percebida de forma distinta em veículos de comunicação de regiões diferentes. No nordeste, região mais pobre do país, e no sudeste, região mais rica. Assim, elegeu-se dois veículos representativos dessas regiões para a seleção e leitura de suas notícias e reportagens. A *Folha de S. Paulo* e o jornal *O Povo*, com sede em Fortaleza e distribuído no Ceará, um dos Estados com alguns dos maiores indicadores de pobreza.

Procurou-se ainda buscar um recorte temporal representativo da cobertura feita por esses dois jornais. No caso, dez anos de jornal, entre os anos de 1995 e 2004 a partir de um

---

<sup>1</sup> A FAO, órgão da ONU responsável pelo combate à fome, estima em 852 milhões o número de pessoas com fome no mundo segundo relatório divulgado em março de 2006.

<sup>2</sup> Pesquisas divergem sobre a quantidade de pessoas com fome no Brasil. Em maio de 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) finalizou a totalização dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2004 estimando em 13,9 milhões o número de pessoas com fome no país. Já a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou em julho de 2001 uma estimativa de 50 milhões de pessoas. Chegou a esse número utilizando o critério renda. Cinquenta milhões seria o número de pessoas no país que viviam, até 2001, com menos de R\$ 80 mensais, valor mínimo para a garantia de uma alimentação adequada segundo a ONU.

exaustivo levantamento das matérias sobre a fome no jornal *O Povo* nos arquivos da hemeroteca da Biblioteca Pública do Ceará e nos arquivos do Banco de Dados da Folha de S. Paulo. O período estudado engloba os dois períodos do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os dois primeiros anos do governo Lula (2003-2004). Período este que, como se verificará ao longo do trabalho, foi o de maior visibilidade do problema da fome na imprensa brasileira por conta do programa Fome Zero. Da mesma forma, a campanha Ação da Cidadania contra a Fome, em 1995, e a seca que assolou o sertão nordestino, em 1998, foram assuntos que trouxeram o problema à tona nos dois jornais.

O trabalho se inicia com uma revisão de algumas das teorias sobre a notícia, em especial aquelas que levam em consideração a importância do contexto social em que as notícias são produzidas, rechaçando a idéia de que o jornalismo meramente reproduz algo que lhe é exterior. Vale destacar que o uso da palavra “teoria” é adotado durante todo o trabalho no sentido de um conjunto de estudos sobre a notícia e outros gêneros jornalísticos, já que não se trata de um conjunto de princípios e proposições excludentes entre si. Essa ressalva é feita por Nelson Traquina:

*“Ao longo de várias décadas, e depois de muitos estudos realizados sobre o jornalismo, é possível esboçar a existência de várias teorias que tentam responder à pergunta porque as notícias são como são, reconhecendo o fato de que a utilização do termo ‘teoria’ é discutível, porque pode também significar aqui somente uma explicação interessante e plausível, e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições. De notar, também, que estas teorias não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independentes umas das outras (TRAQUINA, 2004, p. 146)”*

No mesmo capítulo é feita uma breve abordagem sobre as diferenças entre imprensa nacional e imprensa regional, além de elencar alguns conceitos sobre a reportagem e

críticas sobre seu desaparecimento nos veículos impressos brasileiros e o quanto isso vai influenciar numa “uniformização” das coberturas feitas pelos jornais, tornando-as ainda superficiais.

Procurou-se, no capítulo seguinte, encontrar um conceito adequado de fome, algo que tantas vezes é confundido com miséria ou pobreza. Para isso, entendendo a fome como um fenômeno social, utilizou os conceitos apresentados de forma pioneira por Josué de Castro ainda nos anos 40 de “fome endêmica” e “fome epidêmica”. Conceitos que, de forma recorrente, pontuam vários discursos sobre o problema até hoje.

Ainda neste capítulo, com o objetivo de identificar a dimensão do problema no Brasil no contexto em que as matérias fruto de análise são produzidas, são apresentados dados das duas principais pesquisas realizadas no país sobre o tema no período que engloba o recorte temporal do trabalho. No caso, a Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), realizada entre os anos de 1996 e 1997, e a Pesquisa sobre Orçamentos Familiares, realizada entre os anos de 2002 e 2003. Ambas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É também nesse capítulo que se procurou outros estudos sobre a fome na imprensa ou na mídia, encontrando apenas o trabalho de João Bosco Bonfim (2004), pesquisador da área de lingüística da Universidade Nacional de Brasília (UNB).

O capítulo que apresenta a metodologia mostra um roteiro da leitura proposta sobre os textos selecionados. O trabalho de seleção dos textos já constituiu algo importante para a leitura visto ter sido fruto de um levantamento quantitativo exaustivo. Conforme se verá, o trabalho usou como ponto de partida estudos sobre critérios de noticiabilidade para também imergir na tarefa árdua de uma leitura sobre dez anos de edições de dois jornais diários.

Os capítulos do estudo propriamente dito tem estruturas parecidas. O primeiro deles é sobre o jornal *O Povo*. Na tentativa de identificar o contexto em que o jornal é produzido

é apresentada brevemente sua história, além de dados econômicos e sociais sobre o Ceará, onde se localiza seu público-leitor e de onde primordialmente as matérias do jornal se referem.

Segue uma leitura sobre o levantamento das matérias ao longo dos dez anos do recorte, em que se levou em consideração primeiramente a identificação dos momentos de maior visibilidade da fome no jornal com a conseqüente delimitação de fases da cobertura para, a partir daí, realizar leituras seguindo o roteiro previamente definido, inclusive sobre a construção discursiva da fome em algumas dessas matérias.

De forma parecida, embora com menos destaque sobre a história do jornal já que a bibliografia que narra a trajetória do diário paulistano é ampla, se estrutura o capítulo sobre a cobertura da fome no jornal *Folha de S. Paulo*. São apresentados os dados do levantamento durante os dez anos do jornal, a identificação de fases da cobertura e a seleção de algumas notícias e reportagens dentro dessas fases para uma leitura mais detalhada.

Dada a ausência de pesquisas sobre a fome na mídia, de antemão essa dissertação reconhece poder ser um ponto de partida para outros trabalhos que venham ajudar a preencher a lacuna sobre abordagens da fome na mídia.

## 2. Problemas do discurso jornalístico

*“O jornal não existe para adoçar a realidade, mas para mostrá-la de um ponto de vista crítico”  
Manual de Redação da Folha de S. Paulo*

Uma certa noção de que os jornais meramente reproduzem a realidade norteia e orienta a idéia de procedimentos técnicos e éticos do jornalismo. Diante dessa noção, o jornalista é tão somente a “testemunha ocular dos fatos” e os jornais apenas reproduzem a realidade “nua e crua, como ela é”. Como atividade secundária, a reprodução neutra de fatos e discursos situa o jornalismo como um instrumento ou suporte de algo que lhe é exterior. Distante dessa noção, o trabalho buscará, como ponto de partida, investigar teorias que considerem a produção jornalística dentro da realidade e do contexto social em que está inserida. Isso será importante já que os dois veículos que compõem o objeto de estudo estão em contextos nacionais distintos.

Embora não se vá aprofundar no tema do que vem a ser realidade, o conceito que tem baseado os estudos de jornalismo é o sociológico, nos moldes em que é trabalhado por Berger e Luckmann em *A Construção Social da Realidade* (2003).<sup>3</sup> Ao analisar o conhecimento na vida cotidiana, os autores mostram que o cabedal social diferencia a realidade por graus de familiaridade. Setores da vida diária que o sujeito tem que freqüentemente tratar fornecem informações mais complexas e detalhadas. Já setores mais remotos fornecem informações mais gerais e imprecisas.

Na apresentação do histórico de teorias sobre notícias que compilou no livro *Jornalismo: Questões, Estórias e Técnicas*, Nelson Traquina lembra que a ideologia dominante no campo jornalístico defende que as notícias são como são porque a realidade

---

<sup>3</sup> Inspirado na metodologia da sociologia do conhecimento, o trabalho da socióloga americana Gaye Tuchmann publicado em 1978 tem o seguinte título “*Making News: a study in the construction of reality*”.

assim as determina, como se fosse algo “exterior” e não interferisse no processo de produção. A teoria do espelho, por exemplo, afirma que os jornalistas refletem o mundo exterior porque são observadores neutros que, obrigados pelas normas profissionais, limitam-se a recolher a informação e relatar os fatos.

A seguir, o trabalho apresenta algumas teorias sobre as notícias que levam em consideração o contexto social em que são produzidas.

## 2.1. Produção social de notícias

A primeira das teorias que trata do contexto social influenciando a construção das notícias é a teoria estruturalista. Para essa teoria, os meios de comunicação não simplesmente relatam os acontecimentos “noticiáveis”. As notícias são produto de um processo “*que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas*” (HALL, 1993, p.224).

Diante do problema de selecionar entre os vários acontecimentos do dia-a-dia aqueles de interesse ao leitor, surge a questão dos *valores-notícia* que vão estruturar o processo do que pode vir a constituir uma notícia. O primeiro desses valores-notícias considerado primário ou fundamental é o da “singularidade” ou do “inesperado”. É conhecida a frase de Ammus Cunnings, ex-editor do New York Sun, segundo a qual “se um cachorro morde um homem não é notícia, mas, se um homem morde um cachorro, é notícia”. A frase indica a anormalidade e excepcionalidade como valor-notícia fundamental.

Mesmo reconhecendo a controvérsia dos dados sobre a fome no Brasil, trata-se de um fenômeno social cotidiano que, segundo o valor-notícia da anormalidade, não é noticiável. A singularidade não é a única lista desses valores, mas, para Hall, no jornalismo, acontecimentos perenes tendem a ter seus elementos extraordinários destacados para realçar sua notabilidade. É como se, no Brasil, a fome não merecesse notícia, mas algo que indicasse que ela não existe sim. Ironicamente foi o que praticamente aconteceu com a divulgação da pesquisa do IBGE em 2004 apontando que a obesidade é um problema muito maior que a fome.



Como não basta o caráter da excepcionalidade para a seleção de notícias, permanece a necessidade de se encontrar critérios diante da grande quantidade de acontecimentos não considerados excepcionais. Hall considera que, a partir daí, há um aspecto menos óbvio no processo de construção da notícia que é a avaliação do que pode se tornar compreensível ao seu público. Os acontecimentos precisam ser identificados e inseridos num contexto social.

*“Este processo – a identificação e a contextualização – é um dos mais importantes, através do qual os acontecimentos são ‘tornados significativos’ pelos media. Um acontecimento só ‘faz sentido’ se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais” (HALL, 1993, p. 226).*

A grande quantidade de acontecimentos precisa passar por um processo de identificação, classificação e contextualização. Trata-se de um processo social já que os jornalistas precisam compreender a base do conhecimento cultural da sociedade. É como se fosse preciso levar em conta a “natureza consensual” da sociedade. *“Existimos como membros de uma sociedade porque – é suposto – partilhamos uma quantidade comum de conhecimentos culturais com os nossos semelhantes” (HALL, 1993, p. 226).*

O que pode parecer óbvio, já que a existência de um consenso cultural seria a base de toda a comunicação social, encontra a ressalva de que, mesmo sendo membros da mesma comunidade lingüística, existem diferenças culturais, econômicas e conflitos de interesse entre classes e grupos. Uma melhor explicação de como os meios de comunicação trabalham com essa noção de consenso na sociedade aparece no seguinte trecho:

*“Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica básica da vida cotidiana” (HALL, 1993, p.227).*

Essa noção de que a mídia trabalha com consensos da sociedade pode ajudar a entender construções diferentes entre *Folha de S. Paulo* e *O Povo* sobre o mesmo fenômeno social: a fome. A realidade da fome numa cidade e num Estado como São Paulo é obviamente diferente da realidade da fome numa cidade como Fortaleza e num Estado como o Ceará. Os “consensos” com que os jornalistas dos dois veículos têm que se deparar são diferentes. É daí que surge a hipótese deste trabalho, a de que a realidade e contexto social interferem na interpretação e construção do fenômeno social na mídia.

Outro aspecto da teoria estruturalista que interessa a este trabalho é aquele que se refere aos “definidores primários e secundários”. Uma das críticas do trabalho de João Bosco Bonfim (2004) ao discurso da imprensa sobre a fome é o fato de na maior parte das vezes serem ouvidas “autoridades” no assunto que tratam o tema de forma “técnica” e distanciada. Para ele, a mídia reproduz muito mais o discurso oficial sobre a fome.

Traquina considera que tanto Hall quanto os defensores da teoria estruturalista, devido ao seu alinhamento ao “marxismo”, precisam explicar como a mídia assegura a hegemonia e reprodução da ideologia dominante. E não o fazem defendendo que isso aconteça porque a mídia pertence a “capitalistas”. Isso aconteceria por dois fatores: estrutura da rotina de trabalho nas redações e influência das noções de “imparcialidade”, “equilíbrio” e “objetividade”.

Da necessidade cotidiana de “assuntos noticiáveis” surge a proximidade do jornalista com fontes regulares e os órgãos públicos são privilegiados nesse processo. Diante de pressões de tempo e problemas de “calendarização” de trabalho, os jornalistas se colocam de forma a ter acesso a instituições que geram atividades noticiáveis em intervalos regulares.

O segundo aspecto é que, diante da necessidade de uma cobertura “isenta”, “equilibrada” e “objetiva”, a mídia tende a procurar fontes “autorizadas” e “dignas de crédito”. Assim, por exemplo, um “perito” seria alguém que por conta da sua atividade teria “autoridade” para tratar de um assunto de forma “neutra”. Daí surge a crítica:

*“Ironicamente, as próprias regras destinadas a perseverar a imparcialidade dos media, e que se desenvolveram a partir do anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar poderosamente os media nas ‘definições da realidade social’, que as suas ‘fontes acreditadas’ – os ‘porta-vozes’ institucionais – fornecem” (HALL, 1993, p. 229).*

Assim, dá-se o que se convencionou chamar de “hierarquia da credibilidade” quando aqueles que tem posições de status na sociedade tem suas opiniões e definições aceitas já que são considerados como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada do que a maioria da população. É a esta preferência dos meios a essas definições autorizadas que se chamam “definidores primários”.

A título de exemplo, é o que ocorre exatamente com O *Manual de Redação da Folha de S. Paulo*, um dos jornais analisados neste trabalho. O Manual, guia usado como referência aos profissionais do jornal, traz uma “classificação” das fontes: *“Hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística. Cabe ao profissional, apoiado em critérios de bom senso, determinar o grau de confiabilidade de suas fontes”* (1992). O Manual estabelece uma hierarquia que vai de “fonte tipo zero” (altamente confiável) à “fonte tipo três” (pouca confiabilidade). Assim, por exemplo, o Manual define a “fonte tipo um”: *“Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação”* (1992). A orientação sobre as

fontes confiáveis e sua hierarquização na *Folha de S. Paulo* se enquadra exatamente na proposta de Hall.

A relação estruturada entre os meios de comunicação e as fontes “autorizadas” faz com que a mídia, para os defensores desta teoria, seja reprodutora da ideologia dominante.

O trecho a seguir é elucidativo da tese defendida por Hall:

*“Num sentido crítico, os media não são freqüentemente os definidores primários de acontecimentos noticiosos, mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos media como ‘fontes acreditadas’. (...) A argumentação de Marx é que a preponderância das ‘idéias dominantes’ funciona primariamente porque, além da sua detenção e controle dos meios de produção materiais, esta classe também possui e controla os meios de produção mental. Ao produzir a sua definição de realidade social, e o lugar do ‘cidadão comum’ dentro dela, eles constroem uma imagem particular de sociedade que representa interesses de classe específicos como os interesses de todos os membros da sociedade”* (HALL, 1993, p. 230).

A teoria estruturalista pode responder a crítica de Bonfim (2004) de que a maior parte do discurso sobre a fome na imprensa tem como “definidor primário” fontes “autorizadas”, notoriamente fontes oficiais, em detrimento, por exemplo, dos movimentos sociais ou mesmo de pessoas vítimas do problema. No entanto, um levantamento no banco de dados do jornal *Folha de S. Paulo* durante o ano de 1995 mostra que a maior parte das notícias sobre a fome se referia à “Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria”. Como explicar então que um movimento social de crítica às esferas de poder (municipal, estadual e federal) e mobilização da sociedade tenha ganho mais espaço que o discurso oficial sobre o tema? A teoria construcionista, outra teoria que leva em consideração o contexto social na construção das notícias, pode ajudar a responder essa questão.

Além do mais, dados empíricos podem revelar se o discurso das pessoas diretamente atingidas pela fome é algo sempre crítico e revelador de uma resistência ao problema social.

## **2.2. Teoria construcionista**

A teoria construcionista, que tem a socióloga norte-americana Gaye Tuchman como uma de suas expoentes, mesmo reconhecendo a importância do contexto social na elaboração das notícias e na definição dos critérios de noticiabilidade de um acontecimento, se baseia, sobretudo, em estudos sobre a comunidade jornalística e suas práticas. Diante do desafio de elaborar um produto todos os dias ou todas as semanas, os jornalistas e as empresas jornalísticas criam estratégias para cumprir essas “horas de fechamento” diárias ou semanais. Para os defensores da teoria, a aproximação entre jornalistas e fontes oficiais não é algo somente “ideológico”, mas resultado dessa necessidade “urgente” de informação.

Tanto para a teoria estruturalista quanto para a teoria construcionista, a ligação entre jornalistas e fontes oficiais faz *“das notícias uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas”* (TRAQUINA, 2003, p.114) e as notícias tendem a apoiar as interpretações oficiais dos acontecimentos. A teoria construcionista, no entanto, mesmo reconhecendo a vantagem estratégica das fontes oficiais não a considera automática, mas conquistada.

Entre os fatores que interferem para que as fontes imponham seus enquadramentos aos acontecimentos e problemáticas na agenda dos jornalistas está o capital cultural, na forma de legitimidade, autoridade e respeitabilidade (SCHLESINGER, 1993). Assim, um

movimento como a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, comandado pelo sociólogo Herbert de Souza, usou sobretudo a respeitabilidade de seu “comandante” para conseguir “pautar” espaços na imprensa sobre a fome. Da mesma forma, em 2004, a pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrando que o excesso de peso da população é um problema muito maior no país que a desnutrição, dada a autoridade e respeitabilidade institucional, conseguiu “pautar” a imprensa sobre o tema. No caso do IBGE, mesmo se tratando de um órgão oficial, o resultado de sua pesquisa não coincidiu com a idéia defendida pelo Governo Federal que tem como um de seus programas sociais mais importantes o Fome Zero.

Outra estratégia, presente após as observações das rotinas produtivas de algumas redações, é a tentativa de colocar ordem no espaço:

*“Segundo Gaye Tuchman, as empresas jornalísticas tentam impor ordem no espaço, estendendo uma rede noticiosa (news net) para ‘capturar’ os acontecimentos. A consequência é que acontecimentos noticiáveis ocorrem em certas localidades e não em outras. Como impor ordem no espaço? Para cobrir o espaço, Tuchman apresenta três estratégias que as organizações jornalísticas utilizam: 1) a territorialidade geográfica – as empresas jornalísticas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial; 2) a especialização organizacional – as empresas jornalísticas estabelecem ‘sentinelas’ em certas organizações que, do ponto de vista dos valores-notícia, produzem acontecimentos julgados com noticiabilidade; 3) a especialização em termos de temas – as empresas jornalísticas se autodividem por seções, que enchem certas ‘rubricas’ do jornal” (TRAQUINA, 2003, p. 96).*

Uma das consequências dessa estruturação de ordem no espaço é a tendência para que acontecimentos se tornem notícias em determinados locais e não em outros. Traquina, por exemplo, cita como exemplo o caso português em que 72% dos jornalistas se concentram em Lisboa fazendo com que o resto do país só “se torne” notícia quando há alguma desordem, seja essa desordem natural (cheias ou secas), tecnológica (acidentes),

social (distúrbios como cortes de estradas) ou moral (crimes que “chocam” o país”). Visitas de autoridades institucionais, como o presidente da república, o primeiro-ministro, ministros e líderes políticos também dão ao resto do país uma possibilidade de se tornar notícia. Se essa dimensão territorial é problemática num país como Portugal, o que dizer de um país de dimensões territoriais como o Brasil?

A *Folha de S. Paulo* traz impressa como seu subtítulo a frase: “um jornal a serviço do Brasil”. Mantêm uma rede de sucursais e colaboradores espalhados por todo o país. Mas o que faz um acontecimento ou assunto “local” ganhar o status de “nacional”? Da mesma forma, algo comum em jornais regionais, como *O Povo*, do Ceará, são notícias, reportagens e análises que apresentam uma repercussão “local” de um assunto “nacional”. O estatuto de nacional e regional ou local é discutido no subitem a seguir.

### 2.3. Nacional versus regional/local

Uma das formas de diferenciação entre imprensa nacional e imprensa regional é a delimitação geográfica de distribuição e cobertura. Jean-François Tétu, no entanto, no artigo *A informação local: espaço público local e suas mediações*, considera que a mera delimitação geográfica é problemática para a definição do que vem a ser uma imprensa regional. Ele lembra que algumas edições da imprensa regional francesa até os anos 1930 não tinham como referência a divisão por limites administrativos, mas pelo recorte das dioceses. A coexistência de uma imprensa nacional, regional e local (jornal de bairro, por exemplo) indica, para ele, que a imprensa escrita na França está ligada à organização do Estado, cobrindo a estrutura de uma democracia por representação.

Uma descentralização do poder nacional aconteceu em 1982 dando maior poder de ação e influência a comunas, departamentos e regiões. O efeito da lei da descentralização foi uma “*explosão da comunicação das coletividades locais*” fazendo com que “*nenhum dos grandes problemas da atualidade pudesse mais ser tratado apenas em nível nacional*” (TÉTU, 2002). Limitar o acesso de estrangeiros a postos de trabalhos, por exemplo, é uma discussão diferente em cidades como Paris, com uma grande comunidade de senegaleses e descendentes, e Marselha, com uma grande comunidade de magrebinos. E mesmo dentro dessas cidades, a discussão pode ganhar um caráter ainda mais local, sobretudo nas periferias. O Trem de Grande Velocidade (TGV) trouxe vantagens a algumas cidades e desvantagem para as comunidades “*ribeirinhas*” não-atendidas pelo trem e que anteriormente eram melhor integradas às demais pelo transporte “*via estação por estação*”. Há uma espécie de divisão com questões de economia e política nacional sendo discutidas



em jornais como *Le Monde* e *Libération*, enquanto questões “locais” são discutidas na *presse quotidienne régionale*.

Para Tétu,

*“Qualquer definição atual do local deve levar em conta três componentes principais:*

*1 – a proximidade, certamente, mas à proximidade do lugar há que se acrescentar a teleproximidade;*

*2 – o pertencimento a um grupo social, isto é, as marcas de solidariedade que assinalam a ligação social (ou a exclusão);*

*3 – a participação, isto é, a efetividade do pertencimento (uma importante fase da comunicação das coletividades locais repousa doravante sobre a necessidade do ser levado em conta e do ser escutado)”* (TÉTU, 2002, p. 435).

Assim, para definir o “local” é necessário ir além do aspecto da territorialidade e avançar para a noção de “lugar de vida”, onde acontecem as discussões a respeito dos conflitos e dos efeitos das decisões em matéria de desigualdades (desemprego, acesso à saúde, cultura etc).

Apesar das diferenças, há um “denominador comum” entre abordagens locais e nacionais. Qual é esse denominador comum na cobertura da fome entre a *Folha de S. Paulo*, representante da imprensa nacional, e *O Povo*, representante da imprensa regional, é uma pergunta que este trabalho poderá responder após a análise propriamente dita.

O exemplo da imprensa regional francesa merece ressalvas se comparado com o caso brasileiro. Se na França o fortalecimento dessa imprensa é consequência de um processo de descentralização das decisões políticas<sup>4</sup>, no Brasil os veículos regionais são conhecidos por estarem vinculados a grupos políticos locais. Em Alagoas, por exemplo, o veículo impresso de maior tiragem no Estado, *A Gazeta de Alagoas*, é de propriedade da

---

<sup>4</sup> Tétu cita a existência de 26 canais de TV regionais, um para cada região administrativa do país.

família Collor de Melo, e não noticiou, por exemplo, a derrota do ex-presidente Fernando Collor para o adversário, Ronaldo Lessa, na eleição para o Governo do Estado em 2002.

#### **2.4. Reportagem: alguns conceitos**

A opção deste trabalho é por uma análise a partir da seleção de notícias e reportagens dos dois veículos. Por entender que a reportagem é a informação jornalística que trata com maior profundidade os assuntos que aborda, uma comparação entre veículos de regiões diferentes terá uma trama mais rica e detalhada sobre o tema com ela do que com a notícia.

Ao diferenciar o conceito de notícia ao de informação jornalística (categoria que coincide com o de reportagem, mas que eventualmente pode ser uma crônica, um artigo ou uma crítica), Nilson Lage (2001) apresenta alguns dados de comparação entre relato episódico (notícia) e relato consistente, envolvendo análise (informação jornalística). Para ele, enquanto a notícia independe, em regra, das intenções dos jornalistas, como um acidente ou a quebra da normalidade institucional, a informação jornalística decorre da intenção, ou seja, de uma “visão jornalística”.

A distinção entre notícia e reportagem pode ser feita também comparando-se os graus diferentes de profundidade no trato do assunto. A notícia é mais breve, sumária e presa à emergência do evento que a gerou, enquanto a reportagem é mais extensa, mais completa, mais rica na trama de relações entre os universos de dados (LAGE, 2001).

Da mesma forma, Cremilda Medina apresenta uma outra possibilidade de comparação entre a notícia e a reportagem. Enquanto a notícia fixa “o aqui”, o já, o acontecer, “a reportagem determina um sentido desse aqui num circuito mais amplo,

*reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal, ou menos presente” (1988).*

Assim como há uma dificuldade em se conceituar notícia, a reportagem também tem diferentes conceitos entre vários autores:

*“Como estilo de texto, a reportagem é difícil de definir. Compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, conseqüentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente, como acontece com o relato da campanha de Canudos por Euclides da Cunha” (LAGE, 1979, p.83)*

*“O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o que, como, quando, onde, por quê) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se reportagem. Esta é uma extensão da notícia e, por excelência, a forma narrativa do veículo impresso” (SODRÉ e FERRARI, 1986, p. 11)*

*“A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (MELO, 1985, p. 49)*

*“É a ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual. Em especial, esse patamar de maior amplitude é alcançado quando se pratica a grande-reportagem, aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto, oferecendo a seu autor ou a seus autores uma dose ponderável de liberdade para escapar aos grilhões normalmente impostos pela fórmula convencional do tratamento da notícia, com o lead e as pirâmides já mencionadas” (LIMA, 1995, p.24)*

Mesmo com algumas diferenças entre autores, eles concordam que a reportagem é um “aprofundamento” da notícia. E é a partir do “não-cumprimento” dessa característica que surgem críticas de alguns autores sobre o *status* da reportagem na imprensa brasileira hoje. Essa “crise” da reportagem afeta, obviamente, abordagens sobre variados temas na imprensa. A seguir, algumas características dessa crise da reportagem.

## 2.5. A crise da reportagem no Brasil

A professora de jornalismo da USP Cremilda Medina é uma das autoras que mais tem críticas sobre a perda de espaço da reportagem na imprensa brasileira. No trabalho sobre a cobertura jornalística do rodízio de automóveis em São Paulo em 1997, Medina identifica “os caçadores de aspas” como os repórteres mais preocupados em declarações do que na pesquisa, na observação, na narrativa das “cenas vivas” do cotidiano. É o que já se convencionou chamar de “jornalismo declaratório”:

*“A cobertura, atrelada a declarações, perde em observação participante, instrumentos decisivos para se resgatar as cenas vivas. Histórias humanas que formam a rede de significados cotidianos dão lugar a conceitos e juízos de valor nas falas entre aspas. O jornalismo declaratório abdica da reportagem, como se a aventura humana nas ruas de São Paulo coubesse em frases entre aspas” (MEDINA, 1998, p.83).*

Conforme já visto, as teorias estruturalista e etnoconstrucionista da notícia chegam à conclusão parecida sobre a presença predominante de fontes oficiais nos textos jornalísticos. Podendo ser um “avanço” em relação à notícia, podendo ouvir uma quantidade mais diversificada de fontes, a reportagem mantém a mesma tendência a ouvir preferencialmente as fontes oficiais. No capítulo inicial de *Entrevista: diálogo possível*, Medina pleiteia, logo no título, “*Microfones para as Vozes Sufocadas*”. Ela chama de “dirigismo autoritário” e “distorção do poder nas sociedades” que apenas se dê crédito a fontes de poder, seja ele político, econômico, científico ou cultural. Esse “dirigismo autoritário” acaba se contentando com “a rotina de circular pelo Olimpo dos personagens-padrão”.

*“Numa comunicação dirigida – a oferta ditatorialmente se sobrepondo à demanda, aos interesses da comunidade -, caímos quase sempre na fonte oficial, no olímpiano ou vedete da bolsa de valores do mercado cultural. Não é por acaso que todo eficiente editor tem a agenda de telefones úteis na gaveta da mesa de trabalho (se não for no bolso). Ali estão catalogados, para qualquer circunstância, os entrevistados prêt-a-porter, ou melhor, prontos a editar. São, quase sempre, figuras proeminentes de cada setor, cuja palavra se mede pelo poder que representam. E quando se quer dar um pouco de tom popular à reportagem, joga-se o repórter(em geral, se iniciando na profissão) na rua, ele vai lá e colhe depoimentos do povo. ‘O povo fala’, como se convencionou chamar na televisão” (MEDINA, 1990, p.25).*

Na mesma linha crítica, Igor Fuser (1996) considera que em nome de um jornalismo “moderno” e “objetivo” a reportagem em profundidade foi desprezada por estatísticas, pesquisas de opinião e infográficos, recursos que permitem uma “medida suprema da verdade”. Assim, problemas urbanos se resumem à “quilometragem dos congestionamentos, decibéis de barulho e às medições da poluição do ar”. A violência se resume à fórmula pronta favorita: “Com 47 mortes, o fim de semana foi o terceiro mais violento do ano”. O ser humano acaba se tornando um detalhe que, “na maioria das vezes, só serve para atrapalhar, como na manchete de primeira página que dizia: ‘Passeata dos sem-terra tumultua o trânsito’” (FUSER, 1996, p.15).

Outra crítica à situação atual é uma padronização dos textos de forma que as reportagens acabam se tornando “previsíveis”<sup>5</sup>. Cláudio Tognolli, no trabalho sobre a presença do lugar-comum no jornalismo, ironiza essa “mesmice” da imprensa:

*“Chegaram a nos perguntar se, no futuro, num computador alimentado por clichês de linguagem, e com as*

---

<sup>5</sup> Para ler depoimentos de repórteres consagrados nos grandes veículos brasileiros sobre a reportagem no país, ver Audálio Dantas (1998). Ricardo Kotscho, por exemplo, afirma: “(...) nossos jornalões e jornaizinhos estão hoje quase todos cada vez mais parecidos uns com os outros, como se fossem pautados, escritos e editados por uma só pessoa. Parece até que todo mundo só fala das mesmas coisas, do mesmo jeito, mudando algumas vírgulas. Reportagem, que é bom e diferenciava um do outro, virou raridade” (1998, p.185).

*circunstâncias que eles são aplicados, poder-se-ia construir uma reportagem para um meio de imprensa escrita, observando os mesmos padrões estéticos adotados por um redator bem aceito no mercado jornalístico. Não sabemos se isso é economicamente aplicável, mas um disquete, trocado todas as semanas, poderia trazer um ‘menu’, em que teríamos um jogo de palavras ligado a um jogo de situações. Esse dispositivo é viável. As circunstâncias se repetem, todas as variações de crimes, dramas humanos, e todo o material de que dispõe a imprensa já estão catalogados, o mundo vira uma aparente repetição. Nada melhor do que adequar um programa de computadores, com textos, títulos e legendas, para descrever os fatos, usando seu jogo de palavras” (TOGNOLLI, 2001, p.54)*

Entre as causas dessa crise da reportagem no Brasil, está a falta de investimento financeiro dos jornais na reportagem (DANTAS, 1998). Essa falta de investimento tem como consequência a perda do que Nilson Lage (2001) chamou de “*insight*” da reportagem. Ele faz a comparação entre o redator que, baseado em Londres, com acesso a todos os dados possíveis sobre um conflito numa região da Turquia ou da Romênia, que teria em tese toda a possibilidade de produzir reportagens iguais ou melhores “já que dispõe de tranquilidade” do que o correspondente no local. No entanto, isso não acontece. O correspondente no local do conflito acaba ordenando melhor as informações já que “*sente o clima do que acontece: está diante de pessoas reais, com representações variadas e peculiares dos acontecimentos, percebe como essas pessoas reagem, o quanto estão envolvidas na luta e o que cada episódio significa no contexto.*” (LAGE, 2001, p. 27)

Mas, supondo que todos os problemas de falta de investimento, de acesso privilegiado de fontes oficiais aos jornais, de desprezo das narrativas sobre os dramas humanos em detrimento a estatísticas fossem solucionados, estaria-se, enfim, diante de um bom jornalismo? É, a partir dessa pergunta, que o trabalho busca alguns referenciais teóricos que possam auxiliar na análise comparativa entre os dois jornais.

## 2.6. Jornalismo: produção da realidade

O “saber” que orienta procedimentos técnicos, empíricos, éticos e deontológicos do jornalismo atual tem como característica o pressuposto de que a mobilização de técnicas especiais bem utilizadas dá conta do bom exercício do fazer jornalístico. A tradição do aprendizado e formação jornalísticas é de que o “bom jornalismo” depende do domínio de códigos particulares (regras de redação) e de um “código maior” (a língua), aliados a “condições” de trabalho (FAUSTO NETO, 1990).

Todo o trabalho de discursar passa pelo recurso que o sujeito (o jornalista no caso que interessa a este trabalho) faz ao código para estruturar suas respectivas mensagens. A linguagem é a condição pela qual o sujeito pode evocar e construir uma realidade ou uma “realidade mediatizada”. Ela apresenta essa característica de poder representar a presença de uma realidade à ausência dela. A mensagem jornalística (reportagem ou notícia), assim, é uma espécie de construção “substitutiva” já que é algo que se coloca no lugar de outra coisa que lhe é exterior.

*“Neste caso, por conta do papel que desempenham as técnicas discursivas e dos seus efeitos junto aos usuários, pensa-se legitimar o ‘tempo e o modo discursivo’ como o próprio tempo do fato. Uma vez que o processo de interação social vive dos protocolos de linguagens, é de se supor, igualmente, que a veracidade e a legitimidade dos fatos estejam, portanto, no ‘reino dos discursos’. (...) Se nos é impossível aprisionar o tempo do ‘fato bruto’, estruturamos nossa compreensão pelos processos de classificação e inteligibilidade social definidos pelas operações discursivas da comunicação social. Neste sentido, sim, o discurso jornalístico produz fatos”* (FAUSTO NETO, 1990, p. 30)

A enunciação é um processo complexo. A grosso modo e de forma superficial poderia se dizer que se trata do conjunto de operações que o sujeito faz movido por e no

interior do campo da linguagem no sentido de estruturar mensagens ou discursos. A enunciação jornalística é algo singular já que o campo da linguagem (como lugar que ‘retrata’ e cria o outro) desloca-se a partir de regras determinadas.

Fausto Neto critica a crença de que o jornalista é sujeito soberano do ato de mobilizar os recursos técnico-lingüísticos. Ele cita o argumento de Eliséo Veron para quem “*o sujeito que produz este objeto, por definição não pode ser um sujeito que tenha controle de todos os seus níveis que estão nesse objeto.*” (apud FAUSTO NETO, 1990, p. 28) Ele lembra que o jornalista se depara com campos e saberes com os quais “negocia” procedimentos de “apropriação”. Estes “saberes” funcionam como “unidades de construção” a partir do qual se “produz” (ou se constrói) a realidade. Assim, o jornalista utiliza uma gramática de construção/produção que engloba, entre vários aspectos, por exemplo, manuais de redação e “discursos” anteriores presentes no ambiente em que o jornalista e o jornal está inserido.

Decorre disso a noção da existência de uma variedade de “realidades”. Daí o estudo trabalhar com a hipótese da construção da fone de forma diferente entre jornais como *Folha de S. Paulo*, produzido para um público nacional, mas dentro de um contexto paulista ou de um eixo Rio-S.Paulo, e de um jornal como *O Povo*, produzido no Ceará para o público do Estado, sobretudo de Fortaleza.



### **3. O problema da fome**

O primeiro problema que se apresenta sobre a fome é a sua conceituação. Como diferenciá-la, por exemplo, da pobreza ou da desnutrição? Como mensurar a quantidade de pessoas que sofrem com a fome num país como o Brasil? Perguntas como essas não encontram respostas prontas nem consensos entre pesquisas e autores que abordam o tema.

#### **3.1. Um breve histórico**

Publicado originalmente em 1946, “Geografia da Fome”, de Josué de Castro, é o trabalho pioneiro sobre o tema no país. Médico pernambucano que mais tarde presidiria a *Food and Agriculture Organization* (FAO), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pelo assunto; deputado federal pelo antigo PTB e embaixador do Brasil na ONU, cassado em 1964 com o golpe militar, Castro ressalta em sua obra que o tema passou a ser tratado de forma objetiva devido às milhões de vítimas da fome após as duas grandes guerras mundiais.

É nesse livro que são apresentados os conceitos de fome “epidêmica”, provocada por catástrofes ecológicas ou políticas, e fome “endêmica”, caracterizada por uma alimentação abaixo do necessário, mesmo que a população viva em locais onde os alimentos são produzidos normalmente.

Mais tarde, em texto publicado em 1967 em que analisa a influência da fome no comportamento humano, Castro defende a fome como “força social”.

*“Nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão profundamente e num sentido tão nocivo quanto a fome quando atinge os limites da verdadeira inanição. Excitados pela imperiosa necessidade de se*

*alimentar, os instintos primários são despertados e o homem, como qualquer outro animal faminto, demonstra uma conduta mental que pode ser das mais desconcertantes” (CASTRO, 2003, p.79)*

O autor propõe a tese de que o cangaço e o misticismo religioso nordestino tem como causa a fome. Diante da escassez total, quando desaparecem todos os outros “interesses e desejos”, o homem se torna um “animal de rapina” e seu “espírito” não encontra mais barreiras para a obtenção do desejo de matar sua necessidade mais básica de sobrevivência. Assim, desaparecem “todos os escrúpulos e inibições de ordem moral” surgindo um tipo característico da região Nordeste: o cangaceiro. Já o misticismo religioso, cuja figura principal é representado pelo beato, surge num pólo diferente ao cangaceiro, exaltando a moralidade e sacrifício ao sobrenatural.

*“O cangaceiro, que emerge como uma serpente transtornada da imundície social, freqüentemente significa a vitória do instinto da fome sobre as barreiras sociais que o meio levanta. O místico fanático traduz a vitória da exaltação moral que faz apelo às forças sobrenaturais afim de dominar o instinto desordenado da fome. Nos dois casos, assistimos a um uso desproporcional e inadequado da força – da força física ou da força mental – para lutar contra o flagelo ou contra seus trágicos efeitos” (CASTRO, 2003, p. 81).*

Não é objetivo deste trabalho questionar as teses defendidas no trabalho de Josué de Castro, como a falta de dados empíricos, por exemplo, já que o que vai interessar aqui é a representação da fome pelo discurso jornalístico. A obra do autor, no entanto, merece destaque tanto pelo reconhecimento internacional que alcançou - tendo sido indicado duas vezes ao Prêmio Nobel da Paz (1963 e 1970) – como por continuar sendo citado como referência bibliográfica em pesquisas recentes (MONTEIRO, 2003; BETTO, 2003) e de

documentos oficiais, como o que apresentou os princípios e diretrizes do Programa Fome Zero em 2004.

Além disso, a noção de “fome” muda após a diferenciação proposta por Josué de Castro entre fome “endêmica” e “epidêmica”. Se, anteriormente, fome era identificada como simples falta de alimentação remetendo a aspectos biológicos e fisiológicos, após os trabalhos de Josué de Castro essa noção mudou. Se, antes, atentava-se apenas para o caráter epidêmico, passou-se a atentar também para o caráter endêmico.

### 3.2. Conceito sobre a fome

Faz-se necessária uma melhor definição do que vem a ser fome até pela confusão que muitas vezes acontece entre fome, miséria e desnutrição. Uma boa diferenciação é apresentada no texto de Monteiro (2003):

*“De modo bastante simples, pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras. A desnutrição ou, mais corretamente, as deficiências nutricionais – porque são várias as modalidades de desnutrição – são doenças que decorrem do aporte alimentar insuficiente em energia e nutrientes ou, ainda, com alguma frequência, do inadequado aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos – geralmente motivado pela presença de doenças, em particular doenças infecciosas. A fome é certamente o problema cuja definição se mostra mais controversa. Haveria inicialmente que se distinguir a fome aguda, momentânea, da fome crônica. A fome aguda equivale à urgência de se alimentar, a um grande apetite, e não é relevante para nossa discussão. A fome crônica, permanente, a que nos interessa aqui, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. Nesse sentido, a fome crônica resulta em uma das modalidades de desnutrição: a deficiência energética crônica”. (MONTEIRO, 2003)*

Uma exemplificação talvez facilite ainda mais o entendimento do que seja a fome. Alguém pode ser pobre, sem necessariamente ser afetado pela fome, bastando que suas carências sejam outras, como moradia ou lazer. Já o contrário, alguém que sofra com a fome, mas não seja pobre é muito improvável, exceto em momentos como os de guerra ou de catástrofes naturais.

Mesmo considerando que a desnutrição é uma conseqüência da fome, nem toda desnutrição é ocasionada pela fome. A desnutrição pode ser causada por doenças como desmame precoce, infecções, parasitoses intestinais e doenças diarréicas.

Feita essa diferenciação, o que vai interessar a este trabalho é a fome como um fenômeno social. Conforme se verá a seguir, há uma dificuldade de se auferir a dimensão da fome no Brasil e os dados além de escassos trazem algumas contradições.

### 3.3. A dimensão do problema

Medir a dimensão da fome num país de extensão territorial continental e diversidades regionais como o Brasil parece um desafio que os pesquisadores ainda não chegaram a um consenso. Associe-se a isso o fato de a fome ser um assunto de controvérsias políticas. Durante o período proposto por este trabalho, década de 90 e início do século atual, dois levantamentos estatísticos foram realizadas sobre o tema pelo IBGE: a Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), entre os anos de 1996/1997, e a Pesquisa Nacional sobre saúde e nutrição (PNSN) de 1989.

A falta de um conceito preciso dificulta a própria realização de uma pesquisa sobre o tema. O documento “Princípios e diretrizes para uma política de segurança alimentar”, espécie de carta de princípios do programa Fome Zero, apresentada em 2004, estabelece inclusive como “medida estratégica” para o monitoramento do direito humano à alimentação:

*“definir de forma compartilhada pelo governo e sociedade os conceitos básicos sobre fome, desnutrição, pobreza, além de indicadores de mensuração e acompanhamento (constituindo uma base de dados e sistema de monitoramento), metas e prazos para a realização progressiva dos direitos em questão” (p.15).*

A principal controvérsia entre os pesquisadores é exatamente que dados servem para essa mensuração. Não é objetivo deste trabalho questionar números e critérios dessas pesquisas, mas a forma como essas controvérsias são apresentadas pelos veículos de comunicação pode refletir um pensamento ou alinhamento político muitas vezes opaco onde cabe uma reflexão. Interessa a este capítulo saber sobre a dimensão da fome no Brasil,

e dentro de um contexto regional, já que o trabalho envolve veículos de duas regiões distintas do país.

A Pesquisa sobre os Padrões de Vida (PPV) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reuniu dados sobre as regiões Nordeste e Sudeste entre os anos de 1996 e 1997 e, entre outros dados, estima o percentual de adultos magros nas duas regiões. A pesquisa usou como critério o estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que considera magro o adulto com Índice de Massa Corporal (peso em quilograma dividido pelo quadrado da altura em metro) inferior a 18 kg/m<sup>2</sup>. A tabela a seguir apresenta as estimativas da “deficiência energética crônica em adultos”.

<b>Região</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
Nordeste	5,5	7,1	6,1
Sudeste	4,0	5,4	4,2
Nordeste + Sudeste	4,5	6,4	4,9

A OMS estabelece que em populações onde se sabe não existir fome, adultos magros não ultrapassam 3% a 5% da população, considerando-se proporções acima desses valores como indicativas de risco de deficiência energética crônica. Mesmo assim, a OMS classifica proporções de adultos magros entre 5% e 9% como indicativa de baixa prevalência de “déficits energéticos”, o que justificaria a necessidade de monitorar o problema e estar alerta para sua eventual deterioração (OMS, 1995).

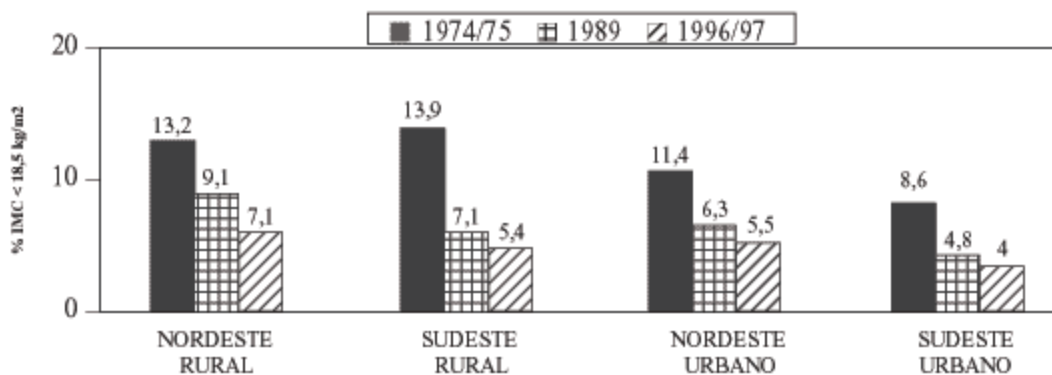
Assim, segundo esta pesquisa do IBGE, a proporção de adultos magros, 4,9% do total de adultos, fica dentro do intervalo admitido para o indicador em populações teoricamente não expostas à “deficiência energética crônica” (3% a 5% de magros), ainda que próximo do limite superior. Vale destacar a diferença regional apontada pela pesquisa.

Enquanto o Sudeste urbano (4%) aparece livre do problema, o Nordeste rural (7,1%) está dentro do que a OMS destaca como indicativo da necessidade de monitorar o problema.

Mesmo assim, segundo a pesquisa, o Nordeste rural está distante de indicadores de países em desenvolvimento que sofrem com a fome “endêmica”. No México, por exemplo, o número de adultos magros é 9% do total da população. Se comparados com Haiti (20%), Etiópia (40%) e Índia (50%), a distância é ainda maior.

Em artigo publicado no “Dossiê Fome” do Núcleo de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Monteiro mostra que há uma tendência de declínio do problema da fome a partir da comparação de dados de pesquisas do IBGE da década de 70 (Endef 1974-1975 – Estudo Nacional da Despesa Familiar), década de 80 (89 – Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição) e década de 90 (Pesquisa sobre Padrões de Vida – 1996/1997). O gráfico a seguir mostra o comparativo entre as três pesquisas.

Figura 4 – Tendência secular da deficiência energética crônica em adultos no Brasil.



Fonte: Endef 1974/75, PNSN 1989 e PPV 1996/97 (tabulações especiais).

Comparando os dados de 1989 e 1996/1997, Monteiro calcula taxas anuais de declínio respectivas a cada região pesquisada para apresentar a seguinte conclusão:



*“A projeção das taxas anuais de declínio do indicador no período 1989 – 1996/1997 indicaria que, por volta do ano 2000, toda a região Sudeste e as áreas urbanas do Nordeste teriam alcançado o virtual controle da deficiência energética crônica (menos de 5% de adultos magros), enquanto a mesma condição ocorreria no Nordeste rural no ano de 2006” (MONTEIRO, 2003).*

A conclusão do trabalho do nutricionista da USP é a crítica à distribuição de alimentos como medida eficiente como combate à fome. Para ele, apesar do que indicam o senso comum e a indignação diante de uma sociedade injusta e cheia de problemas, *“a expansão desmedida de ações de distribuição de alimentos (...) implicaria consumir recursos que poderiam faltar para ações sociais mais bem justificadas e mais eficientes”*.

### 3.4. Um país de gordos

Utilizando os indicadores antropométricos da Organização Mundial de Saúde (1995) referentes ao Índice de Massa Corporal (IMC), o IBGE divulgou em 2004 um levantamento semelhante ao que a Pesquisa sobre os Padrões de Vida, realizada em 1995 e 1996, já havia feito sobre a quantidade de magros no país. Dessa vez, no entanto, levou em consideração os dados sobre excesso de peso (IMC superior ou igual a 25 kg/m<sup>2</sup>) e obesidade (superior ou igual a 30 kg/m<sup>2</sup>) chegando à conclusão de que o número de pessoas com excesso de peso ou sofrendo de obesidade é bem maior que o de pessoas magras.

**Tabela 13 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo e situação de domicílio, segundo as Grandes Regiões - período 2002-2003**

Grandes Regiões	Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo e situação de domicílio (%)					
	Masculino			Feminino		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbano	Rural		Urbano	Rural
<b>Déficit de peso</b>						
Brasil	2,8	2,7	3,5	5,2	5,1	6,1
Norte	2,4	2,5	2,2	5,2	5,2	5,1
Nordeste	3,5	3,3	4,0	6,2	5,9	7,2
Sudeste	2,8	2,7	4,2	5,0	4,9	6,2
Sul	2,0	1,9	2,3	3,7	3,7	3,6
Centro-Oeste	2,4	2,3	3,3	6,2	6,2	6,3
<b>Excesso de peso</b>						
Brasil	41,1	43,8	28,5	40,0	39,9	40,7
Norte	35,9	38,7	28,0	35,0	34,8	35,7
Nordeste	32,9	37,8	21,0	38,8	39,4	36,8
Sudeste	44,4	45,7	32,0	40,7	40,5	43,1
Sul	46,2	47,7	40,0	43,4	42,4	49,2
Centro-Oeste	43,4	44,9	34,2	37,1	36,4	42,5
<b>Obesidade</b>						
Brasil	8,9	9,7	5,1	13,1	13,2	12,7
Norte	7,7	9,0	3,9	10,6	10,8	9,9
Nordeste	6,7	8,1	3,2	11,7	12,0	10,8
Sudeste	10,0	10,3	7,0	13,8	13,9	13,0
Sul	10,1	10,7	7,7	15,1	14,4	18,6
Centro-Oeste	8,6	9,0	6,1	10,6	10,5	11,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Enquanto 2,8% da população masculina do Brasil se encontra no perfil “déficit de peso”, 41,1% se enquadra em “excesso de peso” e 8,9% obesa. Já na população feminina, o número de mulheres com déficit de peso representa 5,2% da população, 40% com excesso de peso e 13,1% obesas. *“Na idade adulta, portanto, a frequência do excesso de peso supera largamente a frequência do déficit de peso: em oito vezes, no caso da população feminina, e em quinze vezes, no caso da população masculina”* (p. 45, 2004). A pesquisa do IBGE destaca que não há frequência “mínima” aceitável na população já que a incidência de várias doenças crônicas, como doenças cardiovasculares e diabetes, aumentam significativamente com o IMC superior a 25 kg/m<sup>2</sup>.

A pesquisa do IBGE também levou em consideração a renda, outro critério utilizado para a mensuração da fome. No caso da população masculina, a amplitude de variação vai de 1,3% de déficits ponderais na classe de rendimento per capita de mais do que cinco salários mínimos a 4,5% na classe de rendimento per capita de até um quarto de salário mínimo “não denotando estratos da população expostos à desnutrição”. Já em relação à população feminina, a variação vai de 3,3% na classe de maiores rendimentos a 8,5% na classe de menor renda, “indicando ausência de exposição à desnutrição quando os rendimentos per capita ultrapassam dois salários mínimos, possível exposição de baixa magnitude quando os rendimentos per capita situam-se entre um quarto e dois salários mínimos, e confirmada exposição de baixa magnitude à desnutrição quando os rendimentos per capita são de até um quarto de salário mínimo”.

**Tabela 14 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo, segundo classes de rendimento monetário mensal familiar *per capita* - Brasil - período 2002-2003**

Classes de rendimento monetário familiar mensal <i>per capita</i>	Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo (%)					
	Masculino			Feminino		
	Déficit de peso	Excesso de peso	Obesidade	Déficit de peso	Excesso de peso	Obesidade
Até 1/4	4,5	21,3	2,7	8,5	32,1	8,8
Mais de ¼ a 1/2	4,1	26,2	4,1	6,4	39,6	12,7
Mais de ½ a 1	3,6	35,3	7,6	5,6	41,2	13
Mais de 1 a 2	3	40,7	8,8	5,4	42,4	14,4
Mais de 2 a 5	1,8	48,6	11	4,6	40,9	13,7
Mais de 5	1,3	56,2	13,5	3,3	35,7	11,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índice de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

As conclusões da Pesquisa sobre Orçamentos Familiares 2003-2004 do IBGE em relação à “déficit de peso” são parecidas com a pesquisa relativa aos anos de 1996-1997 mostrando uma diminuição do problema no intervalo entre as duas pesquisas. A conclusão do trabalho mais recente chega a dedicar mais espaço à análise do excesso de peso e obesidade do que do déficit.

### 3.5. A política de segurança alimentar

No documento “Princípios e diretrizes para uma política de segurança alimentar”, a renda é usada como critério para calcular a estimativa das pessoas que sofrem com a fome no país. O documento, que é a base do Programa Fome Zero do Governo Federal, utiliza como referência o conceito de linha de pobreza extrema adotado pelo banco Mundial, equivalente à 1,08 dólar per capita/dia, para estimar em 44 milhões o número de pessoas em situação de “vulnerabilidade à fome”. O número equivale a 28% da população total do país.

O documento traz ainda uma distribuição das famílias vítimas da fome no Brasil: 19% nas regiões metropolitanas, 26% nas áreas urbanas não-metropolitanas; 46% nas áreas rurais; 64% dos chefes de famílias vítimas da fome são da cor preta.

Chama a atenção o fato de o nome oficial do Programa Fome Zero ser “Política de Segurança Alimentar e Nutricional”. Fica evidente uma estratégia discursiva em que o termo “fome” tem um impacto mobilizador junto à sociedade muito maior que “segurança alimentar e nutricional”. Ainda neste capítulo se tratará sobre esse assunto. Segurança alimentar e nutricional é assim definida:

*“É a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (2004, p. 4)*

Mesmo entendendo o caráter militante da carta de princípios do Fome Zero, há dois aspectos importantes a serem ressaltados. Primeiramente, a informação de que a alimentação é reconhecida como direito humano no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, do qual o Brasil é signatário. Em 1999, o

comentário geral nº 12 do Comitê dos Direitos Econômicos e Sociais da ONU formulou uma definição detalhada dos direitos relacionados à alimentação adequada sendo alcançados quando todos os homens, mulheres e crianças, sozinhos ou em comunidade com outros, têm acesso físico e econômico à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O comentário faz a ressalva de que o direito à alimentação não deve ser interpretado como um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos.

O segundo aspecto importante é a relação entre “segurança alimentar” (combate à fome) e soberania nacional. O documento defende que o combate à fome tem que levar em consideração uma autonomia do país na produção dos alimentos para consumo interno, ou seja, uma auto-suficiência e independência do país de mercados externos.

A ampliação do peso do comércio internacional no abastecimento de alimentos elevaria o controle das grandes empresas de âmbito mundial. O processamento crescente de produtos associada à padronização dos hábitos alimentares, com a difusão de produtos típicos de determinadas culturas e regiões de outros países seriam algumas das causas que levariam a uma dependência do país de grandes empresas internacionais. Variações cambiais, com a desvalorização da moeda nacional, e subsídios de outros países a produtos agrícolas tornariam excessivamente caras as importações de alimentos dificultando ainda mais a solução do problema. O documento lembra que a própria FAO, pressionada pelos países mais pobres, desenvolveu na década de 80 um programa de normas internacionais para garantir a equidade no comércio de bens alimentícios o que se mostrou ineficaz dado o constante descumprimento dessas normas pelos países mais ricos. Assim, na defesa da auto-suficiência produtiva o comércio internacional é “incompatível” com o combate à fome:

*“Para os países de Terceiro Mundo, o comércio internacional está longe de constituir-se em fonte confiável de segurança alimentar. Pelo lado das importações, é incerta sua capacidade de garantir alimentos a preços baixos devido ao controle exercido pelas grandes corporações sobre o comércio internacional. Pelo lado das exportações, sua capacidade de gerar emprego e renda interna é limitada. Acrescente-se, por fim, a atuação dos governos dos países ricos e dos organismos internacionais no funcionamento dos mercados” (p.16, 2004)*

A questão da fome encontra, assim, desdobramentos que vão além da discussão sobre a quantidade de calorias consumidas por uma pessoa durante um dia envolvendo questões como política externa, comércio internacional etc. Entre outros debates que o Programa Fome Zero levanta em sua carta de princípios estão o da reforma agrária, distributiva de renda e eficaz na produção de alimentos à população, em contraponto ao agronegócio, concentrador e ineficaz. Até mesmo a discussão sobre os alimentos transgênicos (são dedicados espaços para apoiadores e críticos se manifestarem sobre o tema) aparece no documento.

O que interessa a este trabalho não é levantar qualquer bandeira, mas contextualizar o problema da fome como um problema em que várias questões, conforme visto, estão envolvidas. Esse debate, ideológico, político, é travado no campo do discurso sobre a fome e a este trabalho interessa analisar o discurso jornalístico sobre a fome.

### **3.6. Estudos sobre a fome na imprensa**

Uma das dificuldades encontradas por este trabalho foi a quase inexistência de estudos sobre a fome na área de comunicação. A pesquisa desenvolvida por João Bosco Bonfim (2004) se apresenta como única nesse aspecto. A partir de um levantamento do nome dos movimentos populares, órgãos oficiais e eventos relacionados à fome no Brasil durante o século XX, Bonfim propõe uma análise desse vocabulário em que é possível ver que as palavras enfatizam preocupações e projetam valores dos sujeitos dos discursos. Assim, o levantamento desses nomes serve para perceber como a questão vem sendo encarada ao longo do tempo.

Foram 13 os movimentos populares, órgãos e eventos relacionados ao tema no Brasil durante o século XX:

- 1 – Movimento Contra a Carestia (1914);
- 2 – Comitês de Combate à Fome (1918);
- 3 – Marcha da Fome (1930);
- 4 – Serviço Técnico de Alimentação Social (1943);
- 5 – Comissão Nacional de Alimentação (1946);
- 6 – Lei do Alimento para a Paz (1954);
- 7 – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (1972);
- 8 – Campanha Nacional de Merenda Escolar (1964);
- 9 – Ação da Cidadania contra Fome, a Miséria e pela Vida (1993);
- 10 – Plano de Combate à Fome e à Miséria (1993/94);
- 11 – Conselho Nacional de Segurança Alimentar (1993);
- 12 – Comunidade Solidária (1995);



### 13 – Campanha da Fome (1993/1995).

O modelo de análise proposto por Bonfim afirma que algumas palavras tem um caráter mais “mobilizador” que outras e a escolha dessas palavras diz algo sobre os contextos e as práticas de cada um desses movimentos.

*“Diante da palavra ‘fome’ (entendida como fome endêmica, que atinge sistematicamente grupos sociais) há duas atitudes possíveis: a vergonha e a indignação. A vergonha pode levar a ocultar o problema, ou minimizá-lo; a indignação pode levar para uma busca para resolvê-lo. Mas é difícil ficar indiferente à palavra fome. Assim, nos casos 2, 3, 9 e 10, admite-se a existência da fome, pela presença explícita da palavra no nome do órgão ou evento, ou seja, permite uma tomada de posição por parte dos membros da sociedade” (BONFIM, p.24, 2004)*

Mesmo entendendo que pode haver mais do que duas atitudes possíveis diante da palavra fome (a indiferença, por exemplo), o modelo proposto por Bonfim é interessante sobretudo se comparado com os nomes propostos em 4, 5 e 7 em que a palavra “alimentação” teria uma característica de menor impacto ou “desmobilizadora” do que a palavra fome. Além disso, no caso 6, a expressão “alimentos para a paz” assume uma conotação muito mais forte por trazer a idéia de que a falta de alimentos representa a não-paz.

Já nos casos 2 e 10, a palavra “fome” aparece associada à preposição “contra” e ao substantivo “combate”, ambos indicando uma ação. Nesses nomes há um conteúdo mobilizador, mesmo que no primeiro a mobilização seja da sociedade civil e do segundo do Estado. Já nos casos 11 e 12, não há caráter mobilizador algum, pouco informando sobre os próprios movimentos. Solidariedade, por exemplo, pode ser entendido como um sentimento nobre e tirar o encargo de responsabilidade que a sociedade tem sobre o tema. Da mesmo

forma, mesmo que segurança alimentar tenha um caráter conceitual como visto anteriormente é uma expressão que não tem o mesmo “caráter mobilizador” ou impacto que a palavra fome.

Bonfim também chama a atenção do uso do termo “campanha” como o que expressa a ação de combate a fome nos casos 8 e 13:

*“Tomando-se o termo ‘campanha’ de 8 e de 13, teríamos enunciadores diferentes – os militares no primeiro e a sociedade civil organizada no segundo – com perspectivas ideológicas diferentes (de direita, assistencialista e de esquerda, mobilizadora), mas, nos dois casos, a percepção do fenômeno da fome como passageiro, pois o instrumento escolhido para combatê-lo seria uma ‘campanha’, algo passageiro, pela sua natureza” (BONFIM, p. 25, 2004)*

O autor lembra que o movimento contra a fome de maior êxito durante o século XX no Brasil foi o que traçou a melhor estratégia discursiva a começar pelo seu próprio nome: Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, lançado em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Nascido no bojo de uma grande mobilização popular (movimento pelo *impeachment* do ex-Presidente da República Fernando Collor), que cultivara o espírito cívico e a noção de cidadania, o movimento nasceu fortalecido politicamente, envolvendo vários setores da sociedade. Além disso, vinha amparado por uma formulação técnica e política que dava legitimidade maior ao movimento.

O nome do movimento conseguia trazer esse caráter mobilizador e participante da sociedade. Os termos “ação” e “cidadania” chamavam toda a sociedade para a participação na solução do problema. Além disso, há o caráter mobilizador da expressão “contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, que traz uma relação de causalidade que tem por objetivo “a vida”.

#### 4. Proposta de leitura

Um dos desafios deste trabalho é encontrar a metodologia adequada que consiga dar conta de um estudo comparativo. O objetivo deste capítulo é apresentar uma espécie de roteiro que servirá de guia na leitura propriamente dita dos textos sobre a fome. Estudos sobre critérios de noticiabilidade servem como ponto de partida.

Apesar de ter como título de seu livro “Introdução à análise do discurso jornalístico impresso”, o trabalho de Jorge Pedro Souza não se enquadra numa proposta de Análise de Discurso tradicional, vinculada a alguma das tradições francesa ou norte-americana. Ele apresenta, no entanto, interessantes propostas que servirão a esta dissertação como base. Sousa afirma que no campo da análise de discurso do jornalismo impresso é necessário se levar em consideração três aspectos que dizem respeito ao contexto: os jornais que vão ser analisados, circunstâncias do fenômeno que será analisado e conhecimento científico para a interpretação dos dados recolhidos durante a pesquisa.

No que se referem aos jornais a serem analisados, a proposta é:

1) O sistema político e modelo de jornalismo dos jornais. Conforme esclarece Sousa: “*a interpretação dos dados resultantes de uma análise de um jornal censurado ou de um jornal ideologicamente orientado é diferente da interpretação dos dados de um jornal generalista*” (2004, p.11);

2) A estrutura organizacional dos jornais (hierarquia, organograma, fluxos de informação) e, se possível, seus constrangimentos (finanças, recursos humanos, organização interna);

3) Os jornais propriamente ditos. Vários fatores serão levados em conta: periodicidade (que, no caso, tanto da *Folha de S. Paulo* como do *O Povo* é diária), tiragem e audiência, público-alvo, rede de correspondentes. Sobre a rede de correspondentes, por

exemplo, Sousa (2004) ressalta: “o analista do discurso precisa ter essa rede em consideração, já que ela ajuda a explicar porque é que determinados acontecimentos se tornam notícia e outros não”(p.16).

Já no que se refere ao fenômeno estudado, que, no caso, é a fome, a análise deve fazer contextualização e levar em conta:

1) aspectos relevantes da história e da situação econômica, política e social do fenômeno;

2) contexto direto do fenômeno (intervenientes, interessados, espectadores, afetados, forças que moldaram o fenômeno, conseqüências possíveis). Novamente esclarece o pesquisador português: “Estes dados dão ao analista pistas para, por exemplo, entender o envolvimento das fontes noticiosas, entender as preocupações jornalísticas pela auscultação das fontes, etc.” (2004, p. 17)

O terceiro aspecto, que se refere ao conhecimento científico, é a sugestão de que qualquer análise deva partir do conhecimento acumulado, ou seja, se trabalhe com uma razoável quantidade de referenciais teóricos e coerentes entre si. No caso deste trabalho, é a tentativa de associar a teoria do jornalismo e elementos da análise de discurso.

O trabalho se propõe a fazer um levantamento quantitativo de edições dos dois jornais no período de 1995 a 2004 na procura e identificação das notícias e reportagens sobre o tema nesse período. Com isso, pretende responder algumas questões:

1- Quando a fome se torna um assunto noticiável e que aspectos tem sido mais noticiáveis?;

2- É possível identificar valores-notícia predominantes?

3- Há fases específicas na cobertura (modelo semelhante é feito no estudo de Nelson Traquina (2001) sobre a cobertura da AIDS no jornal português *Diário de Notícias*);

4- Quais os momentos de maior visibilidade da fome.

Além disso, houve a preocupação de se analisar: qual o gênero jornalístico dominante (notícia, reportagem, artigo, editorial etc.); localização no jornal (primeira página, páginas interiores); tratando-se de um tema mundial, as matérias aparecem como locais (cearenses), nacionais ou internacionais.

Ressalte-se que serve mais como um ponto de partida do que como uma camisa-de-força. O contato com os dados empíricos ajudará na delimitação e na constituição do mesmo.

#### 4.1. Chaves de leitura

O capítulo final do trabalho “As políticas públicas sobre a fome no Brasil” do pesquisador da área de lingüística da Universidade Nacional de Brasília (UNB), João Bosco Bonfim, é a proposta de cinco “chaves de leitura” do discurso sobre o tema no Brasil que serão apresentadas aqui e que poderão ser úteis à análise no presente trabalho.

A primeira chave proposta é verificar se nos discursos há menção à causalidade da fome. Para ele, a fome não pode ser apresentada como um acontecimento natural, uma manifestação, um fenômeno sem que sejam apontadas ou discutidas causas.

*“Quase sempre a causa – passageira – da fome é apontada, nos casos dos países que sofrem ou sofreram embargo econômico, que passaram por guerras ou por cercos militares, ou, ainda, por catástrofes naturais. Mas, no Brasil, é quase sempre apresentada como algo que é ‘dado’ pela realidade” (BONFIM, p.29, 2004)*

A segunda “chave de leitura” proposta por ele destaca que se há causa há responsáveis e agentes causadores (seja por ação ou omissão). Para ele, se o discurso deixa de apontar responsáveis (de fato ou de direito) pela existência da fome, de certo modo contribui para a generalização da responsabilidade e aquilo que não tem responsável direto não permite que se dirija a alguém reivindicações.

A terceira “chave de leitura” diz respeito à quantificação e localização do problema. É um item que importa muito mais a quem vai elaborar alguma política pública sobre o problema. Para ele, o discurso que reproduz a generalização e o exagero acaba gerando uma espécie de acomodação diante de um sentimento de impossibilidade de resolução do problema. “Falar de fome genericamente no Brasil é algo que contribui para mitificar e não para acabar com a fome” (BONFIM, p. 30, 2004). Da mesma forma, a quarta “chave” proposta é mais interessante para quem vá propor alguma política intervencionista. Ele

considera que um discurso que não propõe solução ou propõe como solução apenas a distribuição de alimentos e a não “elevação” a uma condição de autonomia ajuda a perpetuação do problema.

A mais interessante a este trabalho das “chaves de leitura” propostas é a quinta e última. O autor fez um levantamento do uso de verbos utilizados por autoridades em discursos relacionados à fome:

- Erradicar (a fome);
- Amenizar (a fome);
- Reduzir (o desperdício na safra; de alimentos; a fome);
- Identificar (ações na sociedade);
- Visando (divulgar ações);
- Divulgá-las (ações).

O autor fez a seguinte avaliação sobre o uso desses verbos:

*“No conjunto, esses verbos, estão marcados pela ambigüidade. Esses são verbos típicos da área de planejamento estatal e que ‘dizem tudo, sem dizer nada’, ou seja, são suficientemente enfáticos para darem a impressão de que algo será feito, mas, ao mesmo tempo, suficientemente vagos a ponto de não obrigarem a tomada de atitudes concretas ou, pior, tornar difícil a cobrança de alguma ação na realidade” (BONFIM, p.32, 2004)*

O verbo erradicar, por exemplo, muito utilizado nos discursos sobre a fome significa “arrancar pela raiz”. Se aplica, por exemplo, a ervas daninhas. Não basta cortá-las, mas arrancá-las ou extraí-las pela raiz. A fome estaria para a plenitude da alimentação assim como as ervas daninhas para um jardim. No entanto, quem erradica é quem está de fora. E no caso da fome? Quem erradica tem que necessariamente estar de fora ou não pode

ser superada por quem está sendo atingido por ela? Já o verbo reduzir, quando utilizado na forma “reduzir a fome”, é vago por não definir “quanto” ou “de onde”.

Bonfim analisa o seguinte período publicado em um jornal de Brasília em 2002: “Ele estuda a possibilidade de a prefeitura passar a fornecer uma refeição diária e a estimular a criação de uma cooperativa de catadores, a fim de humanizar esse tipo de trabalho”. Para ele, a ambigüidade desses verbos está entre dizer que algo está sendo feito, mas dada a imprecisão de sua aplicação fica difícil fazer uma cobrança à autoridade.

*“Estudar é um processo verbal, assemelhado a discutir; estimular é uma ação verbal; humanizar seria uma mudança de estado. No contexto, os verbos são proferidos por uma autoridade administrativa, portadora de um discurso, ao mesmo tempo político e burocrático-estatal. Ressaltamos desses verbos o baixo compromisso do produtor deles, mas, ao mesmo tempo, a indicação de não-omissão, de que algo está sendo feito. Esses verbos têm, no contexto, uma carga de ambigüidade que lhes permite comunicar um sentido como: ‘algo está sendo feito, portanto a autoridade não é omissa’ por outro lado, dada a pouca força desses verbos sobre a realidade, fica difícil cobrar um resultado concreto” (BONFIM, p. 32, 2004).*

Apesar de algumas críticas que o estudo de Bonfim possa merecer, ele tem o mérito de ser um dos poucos (e o único encontrado durante a elaboração deste trabalho) que trata sobre o discurso da fome. As “chaves de leitura” propostas não necessariamente serão utilizadas neste trabalho, mas servirão em alguns momentos de análise. A quase completa ausência de abordagens de discursos sobre a fome, sobretudo de discursos midiáticos e jornalísticos especificamente, além da sua reprodução nos contextos regional e nacional, traz um caráter original a este trabalho.



## 5. A fome no jornal *O Povo*

Como a maioria dos veículos de comunicação que se encontram nos Estados da região Nordeste brasileira, o jornal *O Povo* teve sua origem e parte de sua história vinculadas a grupos políticos locais. Fundado em 1928, o jornal chega à década de 90, período em que se situa esta análise, tendo passado por forte vinculação a um dos “coronéis” da política cearense: o ex-governador Virgílio Távora (VIDAL, 1994). O próprio jornal fora propriedade de um ex-governador do Estado indicado no período da ditadura militar: Paulo Sarasate, cuja esposa, Alabanisa Sarasate, dirigiu o jornal até a metade da década de 80.

No livro *Imprensa e Poder: o jornal O Povo e o I e II veteranos*, Márcia Vidal analisa a relação entre o jornal durante os dois governos de Virgílio Távora (1962/1966 e 1979/1982). O jornal consumia em torno de cinquenta a setenta por cento do orçamento de publicidade da Secretaria Estadual de Comunicação (Secom). Além disso, segundo depoimentos coletados para o livro, vários jornalistas exerciam uma “dupla militância” como repórteres, editores e colunistas ao mesmo tempo em que eram “funcionários da Secom”. Algumas páginas do jornal esperavam a chegada do boletim diário da Secom para serem “fechadas”.

Vidal ressalva, no entanto, que essa relação com o Governo do Estado não impedia que reportagens e fait-divers convivessem lado-a-lado. *“Tornou-se freqüente a reportagem em série sobre temas sociais de grande relevância: seca, favelas etc. O jornalismo investigativo estava presente ao lado do colunismo social, convivendo o arcaico e o moderno no mesmo jornal.”* (VIDAL, 1994, p. 126)

Com a morte de Albanisa Sarasate em 1985 e a derrota dos “coronéis” em 1986 (nas eleições para o Governo do Estado daquele ano, seguindo a tendência de vitória do PMDB

em todo o Brasil, o empresário Tasso Jereissati, do PMDB, derrotou o “coronel” Aduino Bezerra, do PFL), o jornal *O Povo* passou por algumas mudanças graduais. Contribuíra também o lançamento do jornal *Diário do Nordeste*, em 1981, que passa a se consolidar a cada ano como o de maior tiragem, e a greve dos jornalistas cearenses em 1988. Ressalte-se que a necessidade de mudanças não era imperativa somente na imprensa cearense ou nordestina. No Rio Grande do Sul, o mais tradicional jornal do Estado, o *Correio do Povo*, da Companhia Jornalística Caldas Júnior de Porto Alegre, fechou em 1984. O jornal era conhecido como tradicional porta-voz dos latifundiários gaúchos. Com design austero e impresso em preto e branco, era resistente às reformulações. Em 1986, o *Correio* voltou a circular, com um novo proprietário, Renato Ribeiro (empresário do setor de soja), que incrementou uma série de mudanças como a adoção do formato tablóide, nova diagramação, investimento em reportagens, cadernos especiais de fim de semana e de esportes (WAINBERG, 2002).

Na década de 90, *O Povo* deixara de ser um jornal financeiramente vinculado a governos locais para dar ênfase a notícias, reportagens e sobreviver a um mercado de informações. Criou um conselho consultivo de leitores, lançou um guia de redação, criou o cargo de ombudsman, o que até então, no Brasil, só existia no jornal *Folha de S. Paulo* e conseguiu nos anos de 1996, 1997, 1999 e 2000 ganhar o Prêmio Esso regional Nordeste de jornalismo o que pode servir de indicativo de que se trata de um jornal bem diferente daquele que um dia fora porta-voz dos coronéis.

Feito esse breve histórico, a título introdutório, faz-se necessário também explicitar em que sociedade o jornal *O Povo* atua no período estudado. Conforme Traquina (2001), “a produção de notícias não pode ser entendida fora da economia política da sociedade dentro da qual ela é produzida.” Qual a inserção do jornal na população cearense? Quem é

seu público-leitor? Em que contexto sócio-econômico o jornal está inserido no período estudado?

Editado em Fortaleza e distribuído, além da capital cearense, em alguns dos 184 municípios cearenses, o jornal alcançou em 2004 uma tiragem diária média de 22.992 exemplares. Nas edições dominicais, ultrapassa os 30 mil exemplares segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), órgão usado pelas agências de publicidade como “verificador de audiência” dos veículos impressos e digitais. A população de Fortaleza, segundo a estimativa do IBGE em 2005, era de 2.374.944 de habitantes. Mesmo aos domingos, quando a tiragem é maior, não representa 2% da população de Fortaleza. Seu concorrente local, tem desempenho bem melhor segundo o IVC, mas igualmente pífio se comparado à população de Fortaleza, alcançando uma tiragem de mais de 40 mil exemplares diários (sendo o jornal de maior tiragem de toda a região Nordeste). Se comparados com a população do Ceará, estes números são ainda mais insignificantes já que o Estado possui mais de 7 milhões de habitantes segundo o IBGE.

Pode-se argumentar que uma edição de jornal costumeiramente é lida por mais de uma pessoa o que aumentaria bastante a quantidade de leitores em relação a sua tiragem. A relação entre população/tiragem não é pequena apenas no Ceará, mas em todo o Brasil (segundo dados da Associação Nacional dos Jornais, coletados em seu sítio na internet, a média diária de tiragem de todos jornais filiados à associação foi de 3,443 milhões de exemplares para uma população de aproximadamente 180 milhões de brasileiros). O jornal de maior tiragem do país em 2004, segundo o IVC, é a *Folha de S. Paulo* com uma média diária de 307,9 mil exemplares no ano de 2004. Número insignificante se comparado com a população da cidade de São Paulo, 10 milhões de habitantes, e do Estado, 35 milhões.

Esses números mostram, por si só, que o veículo jornal é objeto de consumo de uma minoria da população brasileira e o jornal objeto desta análise não se diferencia da realidade nacional. No entanto, não basta apenas chegar a informação de que é lido por um público composto pelas classes A e B, mas o quanto representam essas classes numa sociedade como a que o jornal está inserido. Assim, outros dados do IBGE podem ser complementares.

A taxa de analfabetismo no Ceará no ano de 1995, por exemplo, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), era de 31,5% do total da população de 15 anos ou mais. Em números absolutos, 1.315.684. Em Fortaleza, a taxa era de 15,75% (265.303). No mesmo ano, no Estado de São Paulo, com uma população mais de 5 vezes maior, a taxa era de 7,69%. Na última pesquisa divulgada, a de 2002, os números eram bem melhores mais ainda assim altos e a diferença em relação ao Estado de São Paulo ainda enorme. A taxa no Ceará era de 22,66% (Fortaleza – 11,4%), enquanto no Estado de São Paulo era de 5,86%. O quadro a seguir mostra dados das PNADs de 1995 e 2002 sobre nível de escolaridade da população de 15 anos ou mais em números percentuais.

Estado	Menos de 1 ano de estudo	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 e mais anos de estudo	Total
Ceará	32,23	21,94	24,26	21,57	100
São Paulo	9,89	13,35	36,20	40,56	100
Brasil	17	17,22	33,42	32,37	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE de 1995.

Os dados de 2002 mostram que houve uma melhoria do nível de escolaridade, mas mesmo assim permanece a diferença entre o Ceará e a média nacional, assim como entre o Ceará e São Paulo.

Estado	Menos de 1 ano de estudo	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 e mais anos de estudo	Total
Ceará	23,57	15,76	26,68	33,99	100
São Paulo	7,15	9,81	28,46	54,23	100
Brasil	13,05	13,12	29,63	44,2	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE de 2002.

Os números do PIB per capita também demonstram a fragilidade da economia cearense se comparada ao resto do país. Se comparado com o Distrito Federal, a mais alta entre os estados brasileiros, a renda per capita cearense em 2001 chega a ser seis vezes menor. Segue outro quadro com dados do IBGE.

Estado	1996	2001
Ceará	R\$ 2.297,01	R\$ 2.859,29
Distrito Federal	R\$ 9.077,66	R\$ 15.757,71
São Paulo	R\$ 7.973,10	R\$ 10.646,50

Fonte: IBGE

Apresentados esses dados, surge a pergunta a ser investigada no trabalho: diante de disparidades regionais tão grandes, a fome é construída nos jornais de forma distinta?

### 5.1. Fome, seca, pobreza, desnutrição... a ausência de “foco”

A primeira etapa deste estudo investigará a cobertura sobre a fome no *O Povo*. Um item interessante que se mostrou visível logo no início do levantamento para o material dessa pesquisa é que a fome em pouquíssimos momentos aparece como um tema isolado como se verá a seguir. Quase sempre é associada à miséria, mortalidade infantil e, sobretudo, seca. A fome perpassa várias editorias. Uma notícia sobre saques em armazéns de alimentos de cidades localizadas no sertão cearense pode aparecer enquadrada como um tema “policial”; a seca afetando a economia da zona rural no que diz respeito ao “consumo de grãos” é enquadrado como um tema “econômico”, assim como notícias sobre a divulgação de estatísticas sobre a mortalidade infantil aparece como um tema “social” ou até mesmo “saúde”.

Foi feito então um levantamento de todas as edições do jornal *O Povo* entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 2004, ou seja uma década, em que aparecem informações sobre a fome, mesmo que em notícias sobre saques, seca ou mortalidade infantil, em que a fome mesmo não sendo o assunto principal é determinante na identificação do fenômeno social. Conforme o quadro a seguir:

<b>Mês/Ano</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Janeiro</b>	1	1	0	0	0	1	0	0	8	1
<b>Fevereiro</b>	0	0	0	0	1	6	0	0	3	0
<b>Março</b>	6	0	0	0	1	0	3	0	5	0
<b>Abril</b>	0	0	0	9	2	1	3	0	5	0
<b>Mai</b>	0	0	2	14	1	1	3	0	4	0

<b>Junho</b>	0	0	0	5	0	0	4	0	4	0
<b>Julho</b>	1	0	0	1	1	0	4	2	4	1
<b>Agosto</b>	0	0	2	4	4	0	1	1	4	0
<b>Setembro</b>	0	0	1	3	5	2	2	0	3	1
<b>Outubro</b>	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0
<b>Novembro</b>	0	1	0	1	0	1	0	4	1	0
<b>Dezembro</b>	0	2	0	0	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	8	4	5	37	17	12	21	8	42	4

Um dos primeiros dados que permitem ser analisados diz respeito aos momentos em que a fome obteve maior visibilidade, no caso, os anos de 2003 e o ano de 1998. Em 2003, a fome aparece 42 vezes e em 1998, 37. Da mesma forma, foram nos anos de 1996 e de 2004 que a fome menos apareceu: 4 vezes em cada ano.

Outro dado importante é que mesmo nos anos em que a fome foi mais noticiada, essa presença aparece de forma irregular. Nos três primeiros meses de 1998, a fome não existiu nas páginas do jornal *O Povo*. Da mesma forma, em 2003, em dois meses (outubro e dezembro) a fome não foi notícia.

Analisando os dois meses de maior visibilidade (maio de 1998 e janeiro de 2003) da fome nesse período, uma década, constata-se que foram motivados pela presença dos dois Presidentes da República em dois momentos distintos. Em 2003, pela visita de Lula ao Nordeste para a preparação e lançamento do programa Fome Zero e, em 1998, pela visita de Fernando Henrique Cardoso à áreas afetadas pela seca.

Vejam os dois momentos através dos títulos das matérias, de suas localizações no jornal e dos gêneros jornalísticos:

### **Maio / 1998**

- 1- “FHC visita seca do NE na próxima semana” – capa; “FHC visitará áreas atingidas pela seca” – pág. 11 (notícia);
- 2- “Saques motivados pela fome são legítimos, diz ministro do STF” – capa; “Sepúlveda Pertence diz que saque por fome é legítimo” – pág. 8; “Agricultores em Forquilha aguardam frentes de serviço. Pressão é arma contra a fome” – pág. 15 (notícia);
- 4 - “Mortalidade infantil deve aumentar com a seca no CE” – Capa e página 18 (notícia);
- 5 – “Cinco cidades saqueadas no dia da visita de Lula e FHC” – capa e pág. 11 ; “Seca ocorre por omissão” - frase atribuída ao ex-arcebispo de Fortaleza, d. Aloízio Lorscheider – (notícia e entrevista) ;
- 6 – “Oito municípios cearenses decretam calamidade pública” – capa e págs. 16 e 17 (notícia);
- 7 – “Agricultores saqueiam merenda em mais 2 cidades cearenses” – capa e pág. 19 (notícia);
- 8 – “Organizadores de saques no Nordeste serão indiciados” – capa e pág. 10 (notícia);
- 15 – “R\$ 80 milhões para seca no CE” – capa; “Fetraece<sup>6</sup> já registra 40 saques em consequência de seca no Estado” (capa) (notícias);

---

<sup>6</sup> Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado do Ceará



17 – “Os contrastes da seca (capa); “Contrastes da seca no CE” – pág. 1 (economia); “Prosperidade irrigada de Limoeiro” – pág. 3 (economia) e “Assentamentos no interior lutam contra a fome” – pág. 6 (economia) – (reportagem).

18 – “Tasso confirma hoje estado de emergência em 126 municípios” – capa e pág. 3 (notícia);

22 – “Projeto reduz em 30% verbas para combate à seca no NE” – capa e pág. 4 (notícia);

23 – “Tasso confirma calamidade em 127 municípios” – capa e pág. 3 (notícia);

26 – “Mulheres e filhos de agricultores pedem esmolas na estrada” – pág. 19 (reportagem);

28 – “FHC promete trabalho para 1 milhão de vítimas da seca” – capa e pág. 4 (notícia);

30 – “A seca é o pior dos males do sertão” – pág. 19 (artigo de Raquel de Queiroz)

### **Janeiro / 2003**

10 – “Lula começa hoje caravana da fome” – Capa; “Caravana da fome inicia viagem” – pág. 20 (notícia);

11 – “Ministros vêem a fome de perto” – pág. 16 (reportagem);

18 – “Mauriti<sup>7</sup> registra o primeiro saque por causa da seca” – pág. 11;

21 – “Lúcio e Ciro<sup>8</sup> discutem ações contra seca” – capa e pág. 3 (notícia);

---

<sup>7</sup> Município do sertão cearense.

<sup>8</sup> Ministro da Integração Nacional e Governador do Estado, respectivamente.

25 – “Fome Zero. Começa cadastro do programa” – capa e pág. 20 (notícia) e “Meninada fala sobre a fome no país. O que a meninada pensa sobre essa questão?” (reportagem no caderno infantil);

27- “Discurso em Davos. Lula quer pacto mundial contra a fome” - capa e págs. 19 e 20 – (notícia);

30 – “Lula lança Fome Zero” – capa – e “Fome Zero será lançado hoje sem estar completo” – pág. 20 (notícia);

31 – “Fome Zero. Programa não detalhou ações” – capa- e “Fome Zero começa sem definir número de municípios no Ceará” – pág. 18 (notícia).

Conforme pode se perceber em relação aos títulos relativos a maio de 1998, boa parte das matérias se refere à seca. Pode-se argumentar que fome e seca são assuntos distintos. Isso faria com que a quantidade de matérias fosse menor e quase insignificante. Mas o trabalho optou por incluir as notícias e reportagens sobre a seca como material que também inclui a fome. Assim, está-se diante de uma primeira constatação empírica: a fome, mesmo que de forma secundária, se torna notícia prioritariamente quando consequência da seca. Isso volta a acontecer em 2003 quando entre os meses de julho e agosto, sempre aos domingos, o jornal publicou reportagens especiais com o título “Nova Geografia da Fome”<sup>9</sup> sobre os efeitos da seca em várias cidades do Nordeste. Quando fenômeno social “isolado” ela é abordada pouquíssimas vezes.

Voltando aos títulos das matérias, outra constatação empírica: a forte presença de fontes oficiais. A presença de “FHC”, “Lula”, “Sepúlveda Pertence”, “Tasso”, Lúcio” e

---

<sup>9</sup> Uma alusão clara à obra de Josué de Castro, *Geografia da Fome*, publicada em 1946.

“Ciro”, além de “ministros”, e mesmo o “Fome Zero”, um programa oficial do Governo Federal, é majoritária.

A teoria estruturalista sobre as notícias, tendo Hall como um de seus principais nomes, defende que os meios de comunicação não se limitam a transmitir a ideologia da “classe dominante”. A pressão da rotina de trabalho contra o relógio e a necessidade de “objetividade e imparcialidade” leva os meios de comunicação a um acesso sistemático àqueles que detêm posições institucionalizadas. Esses que detêm essas posições são chamados por ele de “definidores primários”, conforme já citado em capítulo anterior, mas que vale ser ressaltado novamente.

*“O importante da relação estrutural entre os mídia e os primary definers institucionais é que permite aos definidores institucionais estabelecer a definição ou interpretação primária do tópico em questão. Então esta interpretação ‘comanda a ação’ em todo o tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates” (HALL apud TRAQUINA, 2003, p. 92)*

Da mesma forma, conforme visto anteriormente, a teoria construcionista elabora sua teoria da notícia no que diz respeito ao acesso às fontes. Isso não quer dizer, no entanto, que as matérias tenham sempre um tom abertamente positivo ou sejam meras reproduções do discurso das fontes governamentais, algo que uma análise de discurso dos textos propriamente ditos pode responder melhor. Basta ver os exemplos dos dias 30 e 31 de janeiro de 2003, quando mesmo a presença da fonte oficial não excluiu ressalvas feitas a Lula e ao programa Fome Zero. Mesmo que nem sempre se confirme o enquadramento da fome na forma com que uma fonte ou órgão de esferas do Governo se pronunciam, a presença dela acaba sendo quase determinante para que o assunto se torne notícia.

O professor Luiz Gonzaga Motta, da UnB, apresenta duas variáveis importantes na definição do que deve ou não ser notícia. Além das características do fato (atualidade, proximidade, proeminência da pessoa envolvida, impacto e significância), uma “negociação” do fato com as rotinas do trabalho jornalístico. Nessa negociação, pesa a favor, quando a fonte se trata de um Presidente da República.

*“Identificamos já duas variáveis na composição da notícia. Até aqui, o nosso raciocínio leva-nos a concluir que para ganhar o estatuto de notícia um fato deve passar por uma negociação que envolve o próprio acontecimento e seus atributos e algumas exigências decorrentes da natureza do trabalho jornalístico. É desta negociação que começa a tomar forma a notícia. Negociação esta que é subjetiva e ocorre de maneira involuntária no dia-a-dia dos jornais”*  
(MOTTA, 2002, pp. 309-310)

Outro destaque em relação a presença de fontes quando o assunto é fome é que nunca, nem nos meses citados como em nenhum outro na década da análise, partidos políticos aparecem em notícias relacionadas à fome. É notório que Lula é nome destacado do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como Fernando Henrique Cardoso é do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), mas nem PT, nem PSDB, assim como nenhum outro partido do espectro político-partidário brasileiro, aparecem como enunciadores em matérias sobre o tema.

Tão interessante quanto os resultados em que a fome teve maior visibilidade é verificar os momentos em que ela menos apareceu, conforme se verá no subitem a seguir. Assim, poderá se avaliar, por exemplo, quais os critérios de noticiabilidade quando a fome não é assunto tão recorrente.

## **5.2. Fome: problema local, nacional ou internacional?**

Nos anos de 1996 e 2004, o tema fome só apareceu quatro vezes ao longo do ano. Ora, no ano anterior a 2004, principalmente por conta do programa Fome Zero, o tema havia alcançado sua maior visibilidade nesses 10 anos pesquisados.

As quatro matérias do ano de 2004 foram todas publicadas na editoria de notícias internacionais:

24 de janeiro: “Annan: guerra e terror desviam a luta contra a fome” – capa e pág.

29 (notícia);

7 de julho: “Fome pode atingir milhões na África” – capa e pág. 29 (notícia);

20 de setembro: “Reunião da fome discute o problema da fome mundial” – pág. 29 (notícia);

9 de dezembro: “Brasil reduziu fome em 25 por cento desde 1992” – pág. 13 (notícia).

Mesmo a notícia do dia 9 de dezembro é uma notícia internacional sobre a divulgação de um relatório da ONU. Já no ano de 1996, das quatro notícias sobre a fome, uma foi publicada na editoria internacional: uma crítica do presidente cubano Fidel Castro sobre as metas da comunidade internacional para reduzir a fome no mundo. As outras se referem a campanhas da Igreja Católica para arrecadação de alimentos para um “Natal sem Fome”.

Como explicar que num ano a fome tenha alcançado sua maior visibilidade no jornal em uma década e no seguinte tenha praticamente desaparecido, sendo citada apenas como assunto distante em notícias internacionais?

É aqui que se constata que a proximidade geográfica interfere de maneira decisiva em tornar a fome assunto noticiável ou não. Basta ver que no ano de 1998, ano em que o Nordeste foi afetado por uma seca, a presença do tema foi bem maior. Da mesma forma, em 2003, tanto pelo lançamento do programa Fome Zero quanto por uma seca que voltou a atingir a região a fome voltou a ganhar maior visibilidade nas páginas do jornal.

Novamente se recorre à teoria construcionista. Dentro da rotina diária de uma redação, há uma tendência a se colocar “ordem no espaço” e a territorialidade geográfica é uma das estratégias que os meios de comunicação adotam para tentar capturar os acontecimentos.

Mas ao afirmar que a proximidade geográfica foi o fator determinante para que o fenômeno social da fome tenha se tornado notícia não se está afirmando que se trata de um assunto superado, agora distante e que, por isso, não merecesse mais atenção. É uma constatação de que há níveis “toleráveis” de fome para a imprensa. Uma espécie de hierarquia que, quando quebrada, aí sim merece ser notícia. Quando deixa de ser algo tolerável, expresso em ações que fogem à normalidade, rompe um valor-notícia fundamental na mídia: o da *anormalidade*.

É o que se verifica, por exemplo, na quantidade de matérias sobre saques durante a seca. Enquanto drama que se sofre calado e de forma “ordeira” a fome não merece o mesmo destaque de quando é motivo de “desordem”. Veja-se o exemplo das matérias do ano de 1998. No dia 28 de abril, o jornal estampava como notícia principal da capa: “Agricultores invadem cinco municípios em um só dia”. Na edição do dia seguinte, dia 29, pela primeira vez nas páginas do jornal desde o início de seu governo o então Presidente Fernando Henrique Cardoso se pronuncia sobre o tema numa notícia de página interna (pág. 9): “FHC critica quem incita flagelados para os saques”. Mais adiante, na edição do

dia 2 de maio, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, também se pronuncia em nova matéria de capa: “Saques motivados pela fome são legítimos, diz ministro do STF”. Seguem-se ao longo do mês, conforme pode se verificar na seqüência acima apresentada, várias matérias sobre saques.

Não que a fome seja um acontecimento “não-programado” ou “imprevisto”, mas é como se fosse preciso algo para quebrar a rotina de sua “tolerância” para que se torne notícia. Às vésperas de concluir seu governo, numa palestra na Universidade de Oxford, na Inglaterra, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou: “Fome é rara no Brasil”. A declaração foi a capa do jornal na edição de 14 de novembro de 2002. A explicação para o destaque parece óbvia: pela imprevisibilidade e “anormalidade” da avaliação sobre a fome feita por alguém que era responsável por combatê-la.

Novamente, faz-se necessário aqui uma discussão sobre o que é notícia. Na tentativa de encontrar quais critérios podem levar um acontecimento a se tornar noticiável, os professores Raquel Paiva e Muniz Sodré apresentaram no artigo “O que é mesmo uma notícia” no encontro da Compós em 2005 uma nova proposta de abordagem dos critérios de noticiabilidade. Novamente trazem à tona a questão de que a “imprevisibilidade” não pode ser o único critério para determinar que um acontecimento se torne notícia já que vários fatos previstos se tornam rotineiramente notícia, como a fome ou a seca na região Nordeste.

*“Desde que seja previsto, um fato que incide sobre aspectos importantes da vida rotineira comum a todos os membros de um grupo social, a exemplo de um acordo sobre a dívida externa do país (não considerado como de grande impacto sensorial pelo código de produção jornalística) não pode, mesmo assim, deixar de se transformar em notícia. Neste caso, inexistente ‘ruptura’ (já que o acordo está na pauta dos possíveis do relacionamento financeiro entre um país e*

*outro). Pode-se contra-argumentar com a menção à ‘diferença’, mas então será preciso levar em conta que todo e qualquer fato, noticiável ou não, implica uma diferença. Por isso, é preciso buscar uma outra conceituação para o acontecimento noticioso. Estamos buscando deixar claro que o paradigma do cachorro não é teoricamente suficiente para definir uma notícia. A hipótese do homem que mordeu o pitbull é curiosa e tipifica o modelo sugerido pelo jornalista Amus Cummings. Mas no contexto da cidade do Rio de Janeiro, do final dos anos 90 em diante, resulta sempre em notícia o fato do pitbull que ataca alguém. Em princípio, não deveria: é amplamente sabido que os cães dessa raça são extraordinariamente fortes e, eventualmente, muito agressivos. Na medida em que aumenta o seu número nas ruas de uma grande cidade, aumentam também as chances de ataque, logo, a margem de previsão e de banalidade – nada de ‘ruptura de uma ordem’, portanto – quanto à ocorrência do fenômeno” (PAIVA e SODRÉ, 2005, p. 3)*

Eles propõem, então, duas características do acontecimento jornalístico: a marcação e a pontuação rítmica. Mesmo que possa se dizer que é uma formulação ainda em gestação, ela abre uma nova abordagem sobre a noticiabilidade. Alguns fatos, por carregarem algumas características como “impacto sobre o público”, “hierarquia social das personagens envolvidas” ou “proximidade geográfica” são considerados “marcados” e se diferenciam de outros que não conseguem reunir características que dêem relevância (“não-marcados”). Nas palavras dos próprios autores:

*“Interessa-nos aqui apenas assinalar que o termo marcado apresenta, no quadro de uma determinada cultura, um desenvolvimento mais complexo – tornando-se por isso suporte de uma carga maior de valoração simbólica – do que o não-marcado. Assim, o que chamamos de acontecimento jornalístico é um fato marcado, portanto, mais determinado para o sistema de informação pública do que outros existentes, tidos como não-marcados para a formação de um conhecimento sobre a cotidianidade urbana. A marcação define a noticiabilidade de um fato por critérios, concebidos como valores adequados ao acontecimento: os valores-notícia (news values). Na prática rotineira do jornalismo, destacam-se como valores-notícia a novidade, a imprevisibilidade, o peso social, a proximidade geográfica do fato, a hierarquia social dos*



*personagens implicados, a quantidade de pessoas e lugares envolvidos, o provável impacto sobre o público-leitor e as perspectivas de evolução do acontecimento. Os fatos não-marcados são normalmente desconsiderados pela pauta jornalística” (PAIVA e SODRÉ, 2005, p. 4)*

A fome é, na proposta dos autores, um fato marcado. Fato de interesse público por reunir algumas características que o torna um acontecimento de interesse jornalístico. Mas isso ainda não resolve o problema do momento em que esse fato “marcado”, que pode se chamar de “notícia em potencial”, passa a ser efetivamente uma notícia. A proposta é a de que há uma “pontuação rítmica” em que o sistema de produção jornalística vai determinar o momento que esse fato “marcado” se torna notícia. Novamente se recorre às palavras dos próprios autores:

*“O acontecimento jornalístico é a pontuação rítmica do fato. Este último é ‘pontuado’ pelo código de produção da informação pública, não por motivo de ruptura do ordenamento do cotidiano, e sim pelo valor rítmico que o próprio sistema de informação atribui ao fato, de acordo com a intensidade de sua marcação, ou seja, de acordo com o que o jornalismo supõe que haja nele, ao mesmo tempo, de mais singular e de maior possibilidade de vinculação com todos nós. Isto equivale a dizer que o fato não é necessariamente ‘pontual’ em si mesmo, já que pode ser maior (ou menor) do que o acontecimento, tanto de modo a permitir o desdobramento temporal da notícia (a suíte ou seqüência de notícias), quanto para instalar a possibilidade de demonstração das causas e efeitos da ocorrência (...) Quem faz, na prática, esse juízo de necessidade? O grupo técnico – podemos mesmo classificá-lo como ‘logotécnico’ – que detêm o controle dos fluxos informativos, ou seja, os jornalistas. O código de produção dos acontecimentos resulta de um pacto implícito na comunidade do saber logotécnico sobre a natureza da pauta jornalística, portanto, sobre os fatos que podem ser semioticamente marcados para a sua transformação em acontecimentos. Pode muito bem se dar que o acontecimento, movido pela exclusiva sensibilidade positivista, aproveite do fato apenas o variável ou o contingente, deixando-se de apreender a estrutura de relações necessárias” (PAIVA e SODRÉ, 2005, pp. 8-10)*

Pode-se dizer, portanto, que a fome é um fato marcado por vários critérios nos quais um constatou-se que se destaca entre os demais: a proximidade geográfica. É peso

relevante para determinar a “noticiabilidade” da fome. Tanto que a maior parte das notícias são “locais”. Já em relação à pontuação rítmica, pode-se dizer que, entre os critérios utilizados pelo “O Povo” para fazer desse fato marcado uma notícia está o da “quebra da normalidade” como um saque ou uma declaração polêmica do Presidente. Nesse levantamento, constatou-se também que houve fases na cobertura em que esses critérios variaram conforme apresentado no subitem a seguir.

### 5.3. Fases da cobertura

O levantamento sobre as edições do jornal *O Povo* permitiu identificar três fases da cobertura: uma fase de “invisibilidade” (1995 a 1997); uma fase de exposição por conta da seca (1998 a 2001) e a fase em que a fome veio à tona por conta de um enquadramento “político” com a proposta de Lula “erradicar” a fome durante o ano eleitoral de 2002 e o lançamento do programa Fome Zero (2002 a 2004).

Na primeira fase, não houve seca, nem a agenda e o debate político do país se mostraram interessados no problema (isso no *O Povo* porque conforme será visto Mais à frente na *Folha de S. Paulo* o destaque foi bem diferente). Entre as poucas matérias desse período, algumas que se referem à campanha Ação da Cidadania contra a Fome. O certo é que das mais de mil edições entre 1995 e 1997, em apenas 17 delas foram publicadas notícias sobre a fome. A única reportagem sobre fome, nesse período, foi publicada no dia 18 de janeiro de 1996 com o título: “Marginalização agrava fome no índio do Nordeste”. Uma reportagem que trata muito mais do problema da demarcação de terras indígenas, ou seja, algo isolado, do que efetivamente sobre a fome como um problema social “generalizado” na população nordestina. Essa primeira fase segue até março de 1998, quando então começam a ser publicadas várias matérias sobre a seca.

A segunda fase, que vai de 1998 a 2001, tem a seca como grande “responsável” pelo aumento da quantidade de matérias. Foram 87 matérias num período que engloba 4 anos. Mas as matérias sobre a fome não estavam só ligadas à seca. Assim, por exemplo, no dia 4 de setembro de 1998, o jornal trouxe a notícia: “FHC promete eliminar a fome em segundo governo”. Da mesma forma, o jornal trouxe algumas matérias denunciando a troca de comida como moeda eleitoral durante a campanha eleitoral de 1998. Mas a fome só ocupou o debate político na terceira fase da cobertura.

De 2002 a 2004, a fome passa por um período de cobertura que não foi o de maior visibilidade quantitativamente se comparado com os 4 anos anteriores a 2002. No entanto, nesse período, o tema ocupou o noticiário como problema principal, sem estar vinculado a temas como seca ou desnutrição infantil. A fome passou a ser tratada como problema social propriamente dito. A alavanca para isso foi o programa Fome Zero do Governo Federal e os vários pronunciamentos do presidente Lula sobre o tema quando de suas viagens ao exterior. No entanto, é flagrante uma omissão da cobertura nesse período: não há menção à divulgação da pesquisa do IBGE em 2004 sobre a quantidade de pessoas que passam fome no Brasil.

Em 10 anos de jornal, se somadas todas as vezes que a fome ocupou as páginas do jornal, ela esteve presente 158 vezes. Se comparado com o número de mais de 7.000 edições desse período ela não mereceu 5% delas. Ainda que se argumente que é preciso uma comparação com a abordagem de outros temas e problemas, a fome não é um tema abordado com frequência. Basta uma simples comparação com o colunismo social. O jornal mantém duas colunas sociais diárias (Lúcio Brasileiro e Sônia Pinheiro), além de um caderno dominical especial só com fotos da “sociedade”, com o nome de “People” (“povo”).

#### 5.4. A prevalência do gênero notícia

Outra constatação desse levantamento quantitativo é que, entre todo o material, há uma prevalência do gênero notícia. Ao longo de dez anos, a fome mereceu apenas uma única série de reportagens. Elas foram assinadas pelo repórter Xico Sá sempre aos domingos nos meses de julho e agosto de 2003.

Essa prevalência da notícia é um indicativo para se afirmar que a abordagem da fome, além de escassa, foi superficial. Entre os teóricos do jornalismo, é unânime a afirmação de que a reportagem é um “aprofundamento” da notícia. Conforme Souza (2004):

*“O principal objetivo de uma reportagem é informar com profundidade e exaustividade, contando uma história. No meio jornalístico ouve-se freqüentemente a expressão ‘uma reportagem é uma notícia vista à lupa’ (...) Fazer uma reportagem significa, em grande medida, contar uma história. A reportagem é um espaço apropriado para expor causas e conseqüências de um acontecimento, para o contextualizar, interpretar e aprofundar, num estilo vivo, que aproxime o leitor do acontecimento” (pp.97-98).*

Edvaldo Pereira Lima, em seu trabalho sobre o livro-reportagem, também destaca a maior profundidade no tratamento dos temas que a reportagem propicia.

*“É a ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual. Em especial, esse patamar de maior amplitude é alcançado quando se pratica a grande-reportagem, aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto, oferecendo a seu autor ou a seus autores uma dose ponderável de liberdade para escapar aos grilhões normalmente impostos pela fórmula convencional do tratamento da notícia, com o lead e as pirâmides já mencionadas” (LIMA, 1993, p.24)*

Outra constatação é a concentração da abordagem do tema nas editorias de Política e de Cidades, que em alguns outros jornais é uma espécie de editoria geral. Algo de se esperar por tratar-se de um problema social para o Ceará e para o país.

Um dado curioso aconteceu no dia 23 de abril de 1998. A manchete de capa do jornal anunciava: “Plano de emergência contra a seca”. Nas páginas 18 e 19, notícias sobre o plano do governo de combate à seca e de saques pelo interior do Estado. Em edições anteriores, já havia notícias sobre saques em cidades do sertão no interior do Estado. Mas eis que o jornal estampa um caderno especial de turismo (página 23) com o seguinte título: “Sertão. Descubra a exótica paisagem de Quixadá e Quixeramobim no sertão central do Ceará”. Ora, a mesma “paisagem” do sertão é responsável tanto por uma situação de saques e êxodo quanto por um “exotismo” a atrair turistas para um ameno passeio de lazer<sup>10</sup>.

Mas embora a análise quantitativa seja importante para mostrar a incidência e significância da fome na imprensa, ela deixa lacunas que somente uma análise qualitativa possa responder, algo abordado no subitem seguinte.

---

<sup>10</sup> No livro “A Construção do Nordeste pela Mídia” a socióloga Maria Amélia Mamede faz uma interessante comparação sobre como revistas nacionais abordam o clima nordestino. Para ela, em revistas nacionais, nas mesmas edições se confundem o discurso de que o mesmo sol responsável pela miséria do sertão, torna o litoral do Nordeste uma das regiões de maior potencial turístico do país.

## **5.5. Leituras sobre a fome**

Diante de mais de dez anos de material jornalístico sobre a fome, faz-se necessário o estabelecimento de alguns critérios para a seleção das notícias e reportagens a serem lidas de forma mais detalhada. A opção foi pela escolha de uma matéria para cada uma das fases específicas da cobertura identificadas nesses 10 anos: a fase da invisibilidade (1995-1997); a fase da seca (1998-2001) e a fase do “Fome Zero”, momento em que a fome ganha visibilidade por conta do programa implementado pelo Presidente Lula (2002-2004).

Dentre essas matérias, a análise focará alguns aspectos utilizando referenciais teóricos da teoria do jornalismo, assim como alguns da análise de discurso, mesmo não se tratando de um trabalho de lingüística. Um dos aspectos é identificar quem são as fontes nas matérias. Quem são os enunciadores de um discurso sobre a fome? Trata-se de fontes oficiais ou não-oficiais? Trata-se de pessoas diretamente atingidas pelo problema ou representantes do poder público? Por fontes oficiais, “especialistas” estão incluídos.

Além disso, nas definições e descrições sobre o tema, quais palavras estão relacionadas. Quais, por exemplo, os verbos que aparecem nas propostas de solução do problema? A fome é algo “mensurável” ou é tratado como um problema genérico. Nas notícias, é possível identificar responsáveis pelo problema?

O objetivo dessa análise é muito mais complementar a análise quantitativa. Sabe-se das limitações já que, pelo menos duas dessas fases - a fase sobre a seca e sobre o “Fome Zero” – mereceriam, cada uma, uma longa análise específica.

### 5.5.1. A solidariedade dentro da ordem

No dia 2 de maio de 1997, o jornal *O Povo* publicou na página 14 da editoria de Cidades uma notícia com o título “Miséria leva criança a comer cobra”. Trata-se de um tipo de informação jornalística comum quando há temas como fome, miséria ou pobreza: matérias com o objetivo de arrecadar donativos. No ano de 2000, por exemplo, o jornal publicou 5 matérias com o mesmo teor e com estruturas semelhantes sendo que uma tratava-se de uma “campanha” para arrecadar donativos para idosos que viviam abandonados no centro de Fortaleza. Em 2002, novamente uma outra notícia com o objetivo de arrecadar doações. Conforme se verá, essas matérias têm em comum estruturas muito semelhantes.

Os dois primeiros parágrafos seguem adiante:

*“Farrapos humanos.Lixo. Moscas. Esgoto a céu aberto e dentro das casas. Miséria total. Essa é a vida dos moradores da favela Ilha Dourada, no Quintino Cunha, zona oeste de Fortaleza. Ismael Nogueira, 3 anos, é mais uma das personagens dessa história de vida sem nenhum brilho. Na última segunda-feira, a criança comeu uma cobra de duas cabeças. O animal, morto, estava em estado de putrefação. Ismael começou a babar, ficou roxo e foi levado às pressas para o Instituto José Frota (IJF). Ismael já é chamado pela vizinhança de ‘engole-cobra’, saída bastante humorada para o fato.*

*A mãe, Isabel Nogueira da Silva, 29, disse que o filho estava com fome. Ontem à tarde, o pequeno Ismael já podia ser visto nas ruelas da favela brincando, nu, na lama. Isabel tem 4 filhos e cria três deles. Cada um tem um pai – sentido biológico do termo – diferente. ‘Nenhum me ajuda com nenhum tostão. Aqui eu como porque os vizinhos dão um copo de arroz de vez em quando’ – afirma”.*

Há uma opção clara pelo que Sousa (2004) chama de “soft-lead” ou “lead indireto”, ou seja, o núcleo da informação não é contido na resposta às questões “Quem?”, “O quê?”, “Quando?”, etc.



*“Enquanto um lead de impacto pretende atingir imediatamente o leitor dando-lhe a conhecer a informação mais importante, um lead indireto normalmente prepara o leitor para a obtenção dessa informação noutra parte mais distante da matéria. Para atingir este objetivo, pode pôr-se a imaginação do leitor a funcionar, transportá-lo mentalmente através do espaço e do tempo, sensibilizá-lo ou atingi-lo emocionalmente” (SOUZA, 2004, pp. 70-71)*

A opção pelo lead indireto se torna evidente pelo objetivo que a matéria pretende alcançar: sensibilizar o maior número de pessoas possível para as doações. Assim, parte-se para a descrição de um cenário de miséria absoluta (“Farrapos humanos. Lixo. Moscas...”). Uma espécie de propaganda em que o “produto” tem que ser o pior possível, o mais dramático possível. Para isso, a composição de uma cena englobante que sensibilize o leitor e o torne um “doador” faz-se necessária.

*“A cena englobante é a que corresponde ao tipo de discurso. Quando recebemos um folheto na rua, devemos ser capazes de determinar a que tipo de discurso ele pertence: religioso, político, publicitário etc., ou seja, qual é a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para interpretá-lo, em nome de quê o referido folheto interpela o leitor, em função de qual finalidade ele foi organizado” (MAINGUENEAU, 2004, p. 86)*

Analisando o discurso publicitário, Mainguenu (2004) chama a atenção de que os autores de publicidade podem apresentar vários tipos de cenografias: poesias, charadas, descrições científicas. A publicidade utiliza recursos que levam o leitor a cair numa “cilada” percebendo textos publicitários como situações em que ele pode estar inserido, nunca como a propaganda de um gênero determinado.

No texto em estudo, trata-se do discurso jornalístico mas com o objetivo de chamar a atenção do leitor e dele exigir uma ação: fazer uma doação. O texto poderia diretamente anunciar que uma família em situação de miséria pede doação. Mas opta por construir uma

cenografia para alcançar de forma mais eficaz o que se propõe. Ressalte-se, no entanto, que a construção de uma cenografia não acontece pela mera descrição de um local.

*“Todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legítima. (...) A cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGENEAU, 2004, p. 87)*

Interessa ver que “a fala” dos atores da notícia é elemento importante para o objetivo de chamar a atenção dos leitores. No discurso - “Aqui eu como porque os vizinhos dão um copo de arroz de vez em quando” – é claro o apelo à solidariedade. Mas, conforme se verá, esse apelo à solidariedade está vinculado a um respeito à ordem e à “boa-vontade cristã”.

Para se ter idéia de como essa estrutura de notícia é recorrente, pegou-se, como exemplo, uma notícia publicada no dia 3 de novembro de 2002 que também tinha como objetivo sensibilizar leitores para a doações. Com o título: “A fome que desafia a dignidade” vê-se nessa matéria a mesma estrutura da publicada cinco anos antes. Um primeiro parágrafo com a descrição do cenário de miséria, optando-se por um “lead indireto”. E o segundo parágrafo com o discurso dos atores atingidos pelo drama apelando para a solidariedade.

*“Sol a pino. Meio-dia de quinta-feira na Central de Abastecimento S.A. (Ceasa). Entre as caixas de frutas e verduras, vem se equilibrando a dona de casa Ana Angélica de Sousa, 31. De vez em quando, uma parada à espera de solidariedade ou daquilo que, dispensado por outras pessoas nas latas de lixo, pode garantir o almoço da família. Dia de sorte. Uma melancia será a primeira refeição para sete bocas, uma delas ainda no ventre de sete meses.*

*Angélica diz que chega à Ceasa por volta das 6 horas da manhã. Vem de carona ou com o marido, do Jardim Bandeirantes, em Maracanaú, onde mora. O que o marido ganha não dá para sustentar a família. “Ele trabalha duas vezes por semana descarregando abacate aqui, mas ganha muito pouco”. Procurar comida entre o lixo deixado pelos feirantes não lhe causa vergonha. “A gente faz porque precisa comer. **Pior é pegar o que é dos outros**”.*

Na frase “Pior é pegar o que é dos outros” a explicitação de um elemento marcante para a composição do que deve sensibilizar o leitor a uma doação: o respeito à ordem. Não basta a descrição de um cenário de miséria (“Os farrapos humanos. Lixo e moscas...”). Não basta o apelo à solidariedade. É preciso lembrar que esse apelo se faz no respeito à ordem. Enquanto este respeito merece a solidariedade e é condição para uma doação, o saque, “violação da ordem”, é condenado, rejeitado e reprovado. Não merece solidariedade. Algo repetido no discurso do senso comum: “É melhor pedir do que roubar”.

Esse discurso, no entanto, faz-se dentro da citação de uma das personagens da matéria. Maingueneau faz considerações sobre a ambigüidade do uso da citação:

*“Para C. Kerbrat-Orecchioni, ocultar-se por trás de um terceiro ‘é freqüentemente uma maneira hábil por ser indireta’ de sugerir o que se pensa, sem necessitar responsabilizar-se por isto. Aí reside toda a ambigüidade do distanciamento: o locutor citado aparece, ao mesmo tempo, como o não-eu, em relação ao qual o locutor se delimita, e como a ‘autoridade’ que protege a asserção. Pode-se tanto dizer que ‘o que eu anuncio é verdade porque não sou eu que o digo’, quanto o contrário” (1997, p. 86)*

Voltando para a matéria de 1997, ela segue ainda com o apelo à “boa-vontade cristã”.

*“Na favela da Ilha Dourada não existe escola e muito menos posto de saúde. Durante as últimas chuvas ocorridas na cidade todas as casas ficaram alagadas. As defesas Civil do Estado e do Município não passaram nem perto, denunciaram os moradores revoltados.*

*200 famílias moram na área, que é invadida, há cerca de 10 anos. Cícera Eunice, da Paróquia São Pedro e São Paulo, é a força que ajuda a comunidade. Ela faz diversas campanhas para arrecadar alimentos e outros donativos e consegue sensibilizar pessoas de diversas áreas da cidade. Maria do Carmo, dona-de-casa, em Messejana, esteve ontem no local para doar alimentos.*

*“Vamos lançar um desafio à sociedade de Fortaleza. Esse povo está morando aqui dentro da lama há 10 anos e o Governo e a Prefeitura não fizeram nada. Então vamos nós mesmos comprar um terreno para essas famílias e provar que a gente pode” – anuncia Cícera Eunice.*

*Donativos para os moradores da Favela da Ilha Dourada podem ser entregues à rua Cecil Salgado, 775, no Quintino Cunha. Mais informações pelo telefone 286-4388, com dona Cícera Eunice”*

Não há fontes oficiais na matérias. No entanto, o discurso das fontes não-oficiais, ou seja, pessoas diretamente atingidas pelo problema ou mesmo que mobilizam “a sociedade” para uma mudança da atual situação não apontam uma visão crítica à fome. Assim como não há responsáveis pela situação. Mesmo a crítica ao Governo (do Estado) e à Prefeitura não cita os titulares dos cargos nem os titulares das pastas responsáveis em cada um desses órgãos a cuidar da situação.

Quem se destaca é Cícera Eunice, “a força que ajuda a comunidade”. O uso do termo “força” está vinculado a algo divino e sobrenatural. A “força” que vem tornar possível o que Governo e Prefeitura não fizeram: “comprar um terreno para essas famílias e provar que a gente pode”. Essa presença do sobrenatural é algo bastante comum na religiosidade popular brasileira.

*“Contrariamente ao dogma católico oficial ou à teologia romana, para a qual o milagre é acontecimento extraordinário que rompe a ordem natural das coisas, graças à vontade onipotente de Deus, nas religiões populares o milagre é rotina simples, fidelidade mútua entre as divindades e os fiéis, com ou sem ajuda de uma igreja e de mediadores. Ele não é a quebra, mas a retomada da ordem natural das coisas na vida concreta do fiel, da*

*comunidade ou do mundo, por algum tempo quebrada, aí sim, seja como provação consentida por deuses e santos ao fiel servidor ou justo, seja como efeito da invasão direta das forças do Mal sobre a ordem terrena (...) o milagre é, pois, um acontecimento necessário, acessível, rotineiro e reordenador (...). A rotina do milagre faz com que, em qualquer área confessional do domínio popular, uma grande parte dos momentos de oração pessoal, familiar ou comunitária seja para pedi-lo ou para agradecê-lo” (Chauí, 1986, pp. 82-83)*

Se o apelo à “solidariedade cristã” se dá no respeito pela ordem. O saque, falta de ordem, apela para atos “desumanos”.

### 5.5.2. As invasões bárbaras

Na segunda fase da cobertura sobre a fome, a que diz respeito à seca, chamou a atenção a quantidade de notícias sobre saques. No dia 5 de maio de 1998, o jornal trouxe como manchete principal de capa: “Cinco cidades saqueadas no dia da visita de Lula e FHC”. Só nesse mês de 1998, foram destaque de capa sete matérias sobre saques. Todos em cidades do interior do Estado. No mês anterior, notícias sobre saques já haviam merecido destaque na capa do jornal em 3 ocasiões. Como sub-retrancas em matérias de páginas internas, a fome foi destaque dez vezes só em abril.

Voltando à edição do dia 5 de maio de 1998, na página 19, como matéria principal, a notícia com o título: “Agricultores saqueiam merenda em 5 municípios”. Antes de analisar este título, faz-se necessário transcrever o primeiro parágrafo:

*“Saques à merenda escolar, bloqueio a caminhões que transportam alimentos, acampamentos em pátios de prefeituras. Os agricultores cearenses voltaram a manifestar-se, ontem, na busca de comida, água e trabalho. A Polícia foi colocada nas ruas, mas não impediu saques a cinco municípios”*

A notícia traz informações sobre outras ações como o bloqueio a caminhões e os acampamentos em órgãos públicos. Além disso, também menciona que se tratavam de manifestações “na busca de comida, água e trabalho”. No entanto, destaca o saque “à merenda escolar”. Algo “sagrado”, a violação de algo direcionado a crianças – também pobres, visto que o público infantil que frequenta escolas públicas no interior do Nordeste tem origem em famílias humildes – é usado como argumento a se condenar toda a violação da ordem.

Matéria parecida já havia sido publicada como sub-retranca da notícia “Seca verde e fome provocam invasões e saques no interior” no dia 6 de abril de 1998. Nessa ocasião, o

jornal foi ainda mais claro no título: “Invasores levam merenda escolar”. O uso do substantivo “invasores” e o uso das palavras “invadir ou saquear” tem uma conotação negativa sobre os movimentos de resistência à fome e refletem o que Mainguenu analisa quando faz considerações sobre “opacidade e transparência” do discurso.

O jornal, mediador do discurso, faz uma opção ideológica transparente em condenar os saques como ação contra a fome. Dentro do debate sobre a análise de discurso, o autor francês se mostra crítico em relação a um modelo que considere os mediadores subordinados à realidade. Fazendo-se uma comparação com teóricos do jornalismo, é como se ele estivesse fazendo uma crítica parecida à crítica já feita sobre “teoria do espelho”, que considera que o jornal apenas reflete aquilo que lhe é exterior.

*“Mais amplamente, o que está em causa aqui é o problema dos mediadores. Deve-se, com efeito, questionar se a noção de ‘intermediário’ entre um grupo social e um discurso é tão simples como parece. No que tange à pergunta ‘em que condições uma formação discursiva é possível?’, não é suficiente lembrar a existência de um conflito social, de uma língua, de ritos e de lugares institucionais de enunciação, é preciso ainda pensar que o próprio espaço de enunciação, longe de ser um simples suporte contingente, um ‘quadro’ exterior ao discurso, supõe a presença de um grupo específico sociologicamente caracterizável, o qual não é um agrupamento fortuito de ‘porta-vozes’.*

*Não basta dizer que ‘entre’ as informações brutas e os jornais existe o mundo da imprensa, ‘entre’ os escritores e os textos literários, as instituições literárias, ‘entre’ os cidadãos e os enunciados políticos, os meios políticos, e assim por diante. De fato, não se dispõe, inicialmente, das informações, dos escritores ou dos cidadãos; a seguir, das instituições mediadoras e, por fim, dos enunciados em circulação, mas tudo emerge ao mesmo tempo. A instituição ‘mediadora’ não é secundária em relação a uma ‘realidade’ que ela se contentaria em formular de acordo com certos códigos.*

*(...)*

*Preferimos admitir que não existe relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso, sendo preciso pensar, desde o início, em sua embricação. Dito de outra forma, é preciso articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam*

*o grupo, já que estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica” (MAINGENEAU, 1997, pp. 54-55)*

Travava-se naqueles meses um debate sobre a legitimidade dos saques. Um ministro do Supremo Tribunal Federal, corte de justiça mais importante do país, chegara a qualificar saques motivados pela fome como “legítimos” (assunto também capa do jornal no dia 2 de maio de 1998). As matérias sobre saques estão dentro desse contexto em que seus atores são tratados como “invasores” e a ação de “levar merenda” (como se roubar comida da boca de crianças como no dizer popular) é algo condenável pelo desrespeito à ordem.

Voltando à notícia do dia 5 de maio, ela segue descrevendo as ações em cada uma das cidades “invadidas”:

*“Em Tauá, 200 trabalhadores rurais da comunidade de Castelo, a oito quilômetros da sede, e outros 200 de Bom Jesus, distrito a 40 quilômetros da sede do município, interditaram ontem a BR-020, impedindo o tráfego normal de veículos que seguiam de Picos (PI) para Fortaleza e no sentido contrário. Os caminhões que conduziam gêneros alimentícios – milho, feijão, farinha e arroz – foram retidos. Dos motoristas em carros de passeios eles pediam o ‘pedágio da fome’. Cerca de 300 agricultores também invadiram o depósito onde é guardada a merenda e levaram o que puderam”*

A oposição entre trabalhadores rurais que vem de longe (“distrito a 40 quilômetros da sede do município”) para atrapalhar a normalidade (“impedindo o tráfego normal”) reforça a imagem de invasores saqueadores. Seres que vem de longe para roubar “milho, feijão, farinha e arroz” ou “levar ou que puder”.

Há, na matéria, duas fontes oficiais (um delegado de polícia e o prefeito de uma das cidades atingidas), uma vítima dos saques (diretora de uma das escolas saqueadas) e uma representante dos trabalhadores rurais, no caso, a presidenta do Sindicato dos



Trabalhadores Rurais de Tauá, que defende o argumento de manifestações em estados de emergência.

A descrição da ação na notícia faz da fome, expressada pelo saque, um problema policial executado por bárbaros que precisam ser presos e combatidos. Não prevalece o discurso de manifestação por estado de emergência, mas de uma ação violenta e covarde.

*“Em Acopiara, cerca de 400 homens quebraram as portas do armazém onde é guardada a merenda escolar e levaram ovos, bolachas, arroz, macarrão e frango. ‘A polícia chegou, mas não conseguiu deter os trabalhadores. A fome é grande tanto nos distritos como na periferia da cidade’, disse ontem o comerciante Francisco Assis Pereira. Na Escola de Primeiro Grau Estela Sampaio, em Lavras da Mangabeira, a diretora Tereza Ivone Gurgel informou que saquearam o pouco que restava da merenda, como leite e sardinha, levando até as panelas vazias. ‘As crianças ficaram amedrontadas. Eles queriam invadir até a diretoria em busca de comida’, queixou-se.*

Os verbos que descrevem a ação “quebrar”, “levar”, “saquear” e “invadir” estão relacionados a ações de rompimento da normalidade. E a queixa da diretora (“As crianças ficaram amedrontadas. Eles queriam invadir até a diretoria em busca de comida”) sacramenta uma imagem de invasão bárbara.

### 5.5.3. Fome Zero

Entre todas as fases da cobertura, a mais difícil para a seleção de notícias a serem analisadas é a fase que corresponde ao Fome Zero. Diante da grande quantidade de matérias, quando a fome alcançou seu maior momento de visibilidade em 10 anos (sobretudo nos anos de 2002 e 2003), escolher uma ou duas notícias ou reportagens soaria incompleto dada a diversidade como o tema foi abordado. Aliás, a cobertura sobre o Fome Zero merece, por si só, um trabalho exclusivo. O programa, em meados de 2006 quando da conclusão deste trabalho, ainda existe, mas já não há a euforia dos meses iniciais do Governo Lula.

Entre os meses de julho e agosto de 2003, o jornal publicou uma série de reportagens especiais sobre a fome no Nordeste, e a esperança que o programa Fome Zero poderia representar, assinadas pelo repórter Xico Sá. Curiosamente, trata-se de um ex-repórter por mais de dez anos do jornal *Folha de S. Paulo*, onde chegou inclusive a manter uma coluna. Financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), percorreu a região do semi-árido brasileiro, desde o norte de Minas Gerais ao Piauí, e fez uma série de reportagens que depois resultaram num livro: “A Nova Geografia da Fome”, em referência à obra de Josué de Castro. A mesma série de reportagens foi publicada em oito jornais pelo país. As reportagens merecem uma análise cuidadosa, mas não podem ser consideradas produzidas pelo jornal *O Povo*.

A opção, então, foi de uma panorâmica entre várias reportagens e notícias publicadas nesse período seguindo o modelo de análise proposto por João Bosco Bezerra Bonfim de chaves de leitura já apresentadas no capítulo anterior: 1- Menção à causalidade da fome; 2- identificação de responsáveis ou agentes causadores (seja por ação ou por

omissão); 3- quantificação e localização do problema; 4- identificação do uso dos verbos e das ações.

A primeira constatação que se faz sobre a cobertura do Fome Zero é que o critério de noticiabilidade evidente é o da presença da fonte oficial. O empenho do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em divulgar o programa em vários eventos que participou pelo Brasil e pelo mundo deu ao Fome Zero uma visibilidade de destaque. Vale ressaltar que já foi apresentado exemplo de que a voz da fonte não-oficial não significa necessariamente uma voz de crítica e resistência à fome como a teoria estruturalista pode fazer crer quando diz que a imprensa prioriza o discurso das classes dominantes ao optar por fontes de autoridade. O trabalho faz então uma análise de algumas notícias e reportagens seguindo uma ordem cronológica.

Em 13 de novembro de 2002, dias após a vitória de Lula, o então presidente Fernando Henrique Cardoso numa palestra na Universidade britânica de Oxford afirmou que não havia fome no Brasil. O jornal publicou no dia seguinte a informação com o antetítulo “Para Inglês ver” e o título “FHC acha que não há fome no Brasil”. Este trabalho não se ateve a uma análise das fotos, mas nesse caso, faz-se necessário para corroborar a ironia que o jornal publicou com as declarações do presidente. Duas fotos, uma ao lado da outra. Em uma, Fernando Henrique discursando num auditório lotado de homens engravatados. Em outra, uma casa de pau-a-pique e uma mulher demonstrando uma cara triste ao lado de 5 crianças, todas só de calção e descalças num chão de areia. Abaixo, a legenda: “Dois mundos: FHC discursa na Universidade Britânica de Oxford, onde recebeu título, e família carente no interior do Ceará”. Além disso, um quadro abaixo da foto da notícia principal com o título “O Brasil Real” (um contraponto à irrealidade da afirmação de FHC e uma ironia ao plano econômico mais importante da era FHC) e a apresentação de vários dados

de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas contrapondo-se à declaração de Fernando Henrique (“50 milhões é o número de brasileiros abaixo da linha de miséria”).

Os primeiros parágrafos reforçam, na escolha das citações entre aspas, a ironia do texto, mesmo utilizando-se critérios objetivos, às opiniões do então presidente.

*“Para o presidente Fernando Henrique Cardoso, a fome não é um problema no Brasil. FHC, que completa oito anos de mandato, disse ontem, em entrevista à emissora de rádio BBC Brasil, na cidade britânica de Oxford, que há ‘casos raros de fome no Brasil’. Segundo ele, ‘o que há é subnutrição’. ‘Eu diria subnutrição mais do que fome. Porque dá a impressão que um terço dos brasileiros não come. Isso não é verdade’”, afirmou.*

*Ontem, FHC deu aula magna na universidade de Oxford, quando recebeu o título de doutor Honoris Causa.*

*Na entrevista, o presidente disse que “não existe esse fenômeno de gente morrendo de fome no Brasil”. E completou: “A fome atinge maciçamente regiões da África e da Ásia. No Brasil, existia fome quando havia seca e quando não havia programas compensatórios. Hoje já existem”.*

Embora não afirme explicitamente, a notícia, na forma como é publicada pelo jornal “ironiza” as declarações do então Presidente. As declarações entre aspas de FHC dão destaque ao absurdo que ele estaria falando. Afirmar que não há fome no Brasil é algo que imediatamente merece ser desmentido. O presidente, “para inglês ver”, “acha” que não há fome no Brasil, embora dados de uma pesquisa mostrem que pelo menos 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de miséria.

Sobre o uso da ironia nos textos de comunicação, escreve Maingueneau:

*“O funcionamento da ironia assemelha-se ao das aspas, forma privilegiada da modalização autonímica. Em ambos os casos ocorre uma espécie de divisão interna da instância de enunciação. No casos das aspas, o enunciador usa uma expressão e, de algum modo, aponta para ela indicando, assim, que ele não a assume realmente; já na ironia, o enunciador produz um enunciado que ele invalida ao mesmo tempo em que fala. Aspas e ironia são, além disso,*

*fenômenos com gradação variável. Existem aspas que demonstram uma rejeição por parte do enunciador da expressão proferida e, no pólo oposto, aspas que se satisfazem com um pequeno distanciamento, difícil de interpretar. Do mesmo modo, há também casos de ironia extrema em que ocorre uma franca desqualificação da personagem encenada e, no outro extremo, enunciações que apenas se revestem de um 'colorido' irônico, quando o enunciador toma alguma distância, sem deixar que o co-enunciador perceba de maneira nítida a ruptura entre os dois pontos de vista” (MAINGUENEAU, 2004, p. 178)*

As declarações de FHC são desqualificadas através de recursos como o ante-título “Para inglês ver” e o contraponto com os dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Seguindo o modelo proposto por João Bosco Bonfim, há uma quantificação de pessoas com fome no Brasil e o uso dos vários recursos identifica o presidente Fernando Henrique como o responsável pelo problema no país. O curioso é que, dentro do contexto de novembro de 2002, quando Lula acabara de ser eleito com um discurso de oposição a Fernando Henrique, a afirmação de que não há fome soa realmente absurda. No entanto, pesquisa do IBGE divulgada em 2004, que o jornal *O Povo* não deu a mínima cobertura, fala que o Brasil não sofre com o problema da fome, mesmo na região do semi-árido. O que acaba se destacando é o fator “extraordinário” ou “espetacular” da matéria (não há fome no Brasil).

Mas em várias matérias sobre o Fome Zero se constata que há uma preocupação muito maior sobre o “espetáculo” do que efetivamente um debate sobre a fome. O que é algo anacrônico. No momento em que a fome tem a sua maior visibilidade na mídia, não há um debate aprofundado, mas uma cobertura superficial que se restringe a visitas do presidente e sua comitiva ao Nordeste e declarações genéricas de Lula na proposta de um pacto mundial contra o problema.

Esse foi o destaque na notícia publicada no dia 11 de janeiro de 2003 com o ante-título “Brasil Real” e o título “Governo vê a fome de perto”. No ante-título, novamente a

opção por “Brasil Real” numa operação que subentende uma crítica ao Plano Real da era FHC. Há ainda a opção pelo uso da sinédoque, figura de estilo que se refere à tomada do todo pela parte. O “Governo”, na verdade, é personificado pelo presidente e seus ministros. O título também afirma que a fome é não só palpável como visível, algo possível de se ver de perto. Mas a descrição desse “visível” é a repetição da descrição de um cenário de miséria, assim descrito no início da reportagem:

*“Vila Irmã Dulce, em Teresina (PI), é a maior ocupação de terra da América Latina. São seis mil famílias, cerca de trinta mil pessoas. A maioria da população não tem emprego fixo. A associação de moradores contabiliza que 70% dos pais de família vivem de bicos. Falta água encanada e energia elétrica na maioria das casas. Não há saneamento básico.*

*Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou esse cenário – semelhante ao de tantas outras favelas brasileiras – a 29 de seus ministros e secretários. Começou assim a cumprir a promessa de campanha de visitar com sua equipe o ‘Brasil real’”.*

Há uma descrição de um cenário de miséria (desemprego, falta de saneamento básico, água encanada e energia elétrica). Seria então a fome, algo visível, essa conjunção de elementos? Acaba sendo algo difuso e diluído que reproduz a grande dificuldade em relação à fome: identificá-la, mensurá-la e só assim, por exemplo, definir algo contra o problema. A fome, aliás, sequer é citada de forma expressa nos dois parágrafos iniciais.

Segue a matéria:

*“O lançamento do projeto Fome Zero, inicialmente previsto, não se cumpriu. O ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, deve voltar ao Estado no próximo dia 3 e anunciar as medidas em Guaribas, a 653 quilômetros de Teresina. O município, com 5.200 habitantes, tem a mais baixa renda per capita do Brasil, R\$ 90,00 anuais, e deveria ter recebido a primeira visita oficial do presidente. O roteiro foi alterado para facilitar o trânsito do grupo.*

*Lula desembarcou em Teresina, no Aeroporto Internacional Senador Petrônio Portela, às 9 horas. Bem antes disso, a avenida Centenária, próxima ao local, já estava lotada. Dona Ivone Eleutério, 64, saiu de casa às 7 horas. Deixou pra trás a recomendação dos filhos. 'Fiz uma cirurgia na cabeça e não posso pegar sol. Ninguém lá em casa queria que eu viesse'. Ela teimou. 'Estou decepcionada. Tenho certeza que isso não foi coisa do Lula. Ele gosta do povo', concluiu."*

A matéria, que era sobre a fome, se torna uma reportagem sobre a visita de Lula e sua comitiva à favela em Teresina. Não está se afirmando aqui que o programa Fome Zero prioriza ações de espetáculo e não se aprofunda em questões específicas e práticas. A cobertura, através de notícias e reportagens, do jornal *O Povo* é que acaba não se aprofundando e tornando o tema superficial. Mas isso não quer dizer que o tema possa ter sido debatido de outra forma em páginas de opinião. Daí a necessidade de um estudo mais aprofundado somente sobre o Fome Zero. Algo que, no jornal *O Povo*, fica prejudicado em parte já que a maior parte das suas matérias é reprodução de material de agências de notícia.

Como rápido exemplo, na edição de 30 de janeiro de 2003, na página 20 da editoria de política o jornal publicou notícia com o título “Fome Zero será lançado hoje sem estar completo”. No subtítulo “Das 60 ações que o programa contempla, apenas 10, aproximadamente, encontram-se prontas para serem executadas já a partir de agora”. No entanto, ao ler a matéria, não são explicitadas nenhuma das ações.

A tentativa de uma análise se frustra na superficialidade das notícias e reportagens sobre a fome que já a partir de outubro de 2003 escasseiam e praticamente não existem em 2004, fazendo da abordagem do jornal *O Povo* sobre a fome algo difuso, confuso e até mesmo excepcional e raro em alguns momentos.

## 6. A construção da fome no jornal *Folha de S. Paulo*

Fundada em 1921 como empresa Folha da Manhã Ltda., o jornal *Folha de S. Paulo* chegou aos anos 90 tendo passado por várias fases. O trabalho não vai se estender num relato cronológico e crítico sobre a história do jornal. Diferente do jornal *O Povo* que tem uma bibliografia escassa sobre sua história, já há trabalhos que fazem isso sobre a *Folha* (ARBEX JR., 2001; CAPELATO, 1981; SILVA, 1988 e TASCHNER, 1992). Interessa aqui pontuar que o jornal chegou aos anos 90 como o de maior tiragem do país, conforme já dito anteriormente, segundo os dados do IVC.

Além disso, em seu Manual de Redação o jornal deixa bem claras suas opções ideológicas pela economia de mercado como modelo econômico e pela democracia representativa como modelo político. Crítico do projeto *Folha*, Arbex jr. chama essas duas opções de “democracia para o mercado” e cita artigo do próprio diretor do jornal, Otávio Frias Filho, para fundamentar sua análise.

*“A estratégia de mercado posta em andamento pela imprensa está firmemente ancorada na estrutura ideológica da notícia (qualquer notícia) e na relação de solidariedade entre imprensa e público. Em outras palavras, não é a imprensa burguesa quem institui um público sujeito à estratégia de mercado e às manipulações que dela decorrem, mas é o caráter mercadológico da notícia quem institui, numa ponta, a imprensa burguesa, na outra o público burguês, e entre ambos uma simbiose de interesses”*  
(FRIAS apud ARBEX Jr., 2001, p. 144)

Frias usa a metáfora do Conde Drácula, personagem que só entra na casa da vítima se espontaneamente for convidado. Assim, o jornal precisa traçar uma estratégia de sedução para conquistar o leitor: “relação de solidariedade entre imprensa e público”. O próprio Manual de Redação, como verbete, o “mandato do leitor” assim definido:



*“Nas sociedades de mercado, cada leitor delega ao jornal que assina ou adquire nas bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde a suas exigências, o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas. A força de um jornal repousa na solidariedade e na quantidade de mandatos que lhe são delegados” (MANUAL DA REDAÇÃO, 1992, p. 19)*

Para Arbex Jr., a defesa do “mandato do leitor” é a concretização de uma sanção do mercado. A necessidade de uma oitiva dos “anseios da sociedade” traduz a política empresarial do jornal na sua linha de sedução do leitor. Dentro da linha ideológica definida em sua carta de princípios, que é o Manual da Redação, com a maior tiragem entre os jornais brasileiros, é como se o jornal tivesse maior legitimidade, algo dado por seus leitores e possível de ser aferido, na tarefa de “investigar os fatos, editá-los e publicá-los”.

### 6.1. A fome presente na *Folha*

O levantamento dos dados sobre a presença de notícias e reportagens sobre a fome na *Folha de S. Paulo* mostrou uma presença bem maior do tema no jornal paulistano. Mesmo considerando que em vários meses a fome não recebeu qualquer menção em textos noticiosos, pode-se dizer que a fome é quase um assunto quase constante no jornal.

<b>Mês/ano</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>Janeiro</b>	5	1	0	0	1	0	0	1	20	4
<b>Fevereiro</b>	6	6	0	0	2	1	1	2	12	1
<b>Março</b>	1	0	0	0	0	1	1	3	19	2
<b>Abril</b>	2	0	0	7	0	2	0	4	9	4
<b>Maiο</b>	4	0	0	26	0	0	1	2	8	2
<b>Junho</b>	4	0	0	5	0	1	2	3	4	1
<b>Julho</b>	4	2	0	4	1	1	3	2	2	1
<b>Agosto</b>	5	0	0	5	4	0	2	0	2	0
<b>Setembro</b>	15	0	0	5	4	0	2	0	2	0
<b>Outubro</b>	16	3	5	2	6	0	3	4	13	1
<b>Novembro</b>	11	14	6	2	3	2	1	11	5	0
<b>Dezembro</b>	6	11	7	3	2	3	6	5	7	5
<b>Total</b>	79	37	18	59	24	11	22	38	110	28

Voltando ao roteiro apresentado na página 49 (quando a fome se torna assunto noticiável; valores-notícia predominantes; fases da cobertura e momentos de maior

visibilidade), alguns dados mostram que tanto a *Folha* quanto *O Povo* tem dados muito mais convergentes do que divergentes.

Assim como no *O Povo*, os anos de 1998 e 2003 foram de grande presença da fome. Não é mera coincidência. O que levou a esse maior interesse dos jornais nos mesmos anos foram os mesmos motivos: a seca, em 1998, e o programa Fome Zero, em 2003. Além disso, o mês de maio de 1998 foi o de maior quantidade de notícias da fome tanto no jornal *Folha de S. Paulo* quanto no jornal *O Povo* e novamente pelo mesmo motivo: a seca e os saques motivados por ela, assim como a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Diferente do capítulo anterior, o texto não vai reproduzir aqui os títulos de todas as matérias publicadas nos dois meses de maior visibilidade (algo que poderá ser checado nos anexos do trabalho) já que a quantidade é bem maior. Mas novamente fica evidente a mesma constatação: a forte presença das fontes oficiais nos títulos. Eis os títulos em que o nome da fonte principal aparece expresso nos dias de janeiro de 2003:

- 7 – Lula tira marco da fome de viagem à miséria (pág. 6 – notícia – editoria Brasil);
- 8 – Aécio vai com petista ao “vale da discórdia” (pág. 7 – notícia – Brasil);
- 9 – Lula escala 30 ministros para visitar miséria (pág. 7 – notícia – Brasil);
- 11 – D. Mauro vê disputa de poder no Fome Zero (pág. 5 – notícia – Brasil);
- 14 – D. Mauro diz que deve participar do Fome Zero (pág. 5 – notícia – Brasil);
- 18 – Lessa diz que BNDES apoiará o Fome Zero (Primeira página e pág. 8 – notícia – economia);
- 22 – Graziano defende projeto e refuta Marta (pág. 5 – notícia – Brasil);
- 23 – D. Mauro volta a criticar estratégia do Fome Zero (pág. 7 – notícia – Brasil);

26 – Dirceu defende taxaço sobre fluxo capital (Primeira página e página 10 – notícia – Brasil);

27 – Lula pede pacto mundial contra a fome (Manchete de capa e pág. 4 – notícia – Brasil).

Das 20 notícias sobre a fome no mês de janeiro de 2003, sete destacam já no título a presença de uma fonte oficial. Em três, D. Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, é apresentado como uma fonte representante da sociedade civil. Uma voz dissonante do discurso oficial sobre o programa Fome Zero. Das 10 matérias restantes no mês, oito trazem “Fome Zero” já no título.

Há a prevalência do gênero notícia e uma concentração na editoria Brasil, responsável pela cobertura de uma pauta política nacional. Algo até certo ponto previsível e que coincide novamente com o jornal cearense. Ambos, por sinal, em suas editorias de cultura deram pouquíssimo destaque à fome.

Mas há dados dissonantes entre os critérios de noticiabilidade dos dois jornais. O ano de 1995, assim como os anos de 1998 e 2003, foi de grande destaque para a fome, sobretudo no segundo semestre. A explicação disso se deve ao fato de o jornal não só ter dado ampla cobertura à campanha Ação da Cidadania contra a Fome, mas ter se engajado nela ao ponto de editorias como esporte e caderno infantil publicarem várias matérias para envolverem torcedores, crianças e adolescentes na campanha. O jornal também deu razoável destaque ao programa Comunidade Solidária da socióloga Ruth Cardoso, que tinha como uma das metas o “combate à fome”. Assim, assuntos praticamente sem destaque no jornal cearense tiveram ampla cobertura na *Folha*.

## **6.2. Fases da cobertura na *Folha***

O levantamento dos dados do jornal *Folha de S. Paulo* mostra que houve pelo menos três momentos em que a fome alcançou maior destaque. Uma primeira fase, entre os 1995 e 1997, quando com a proximidade do final do ano aumentou o número de matérias. Algo que aconteceu devido à campanha Ação da Cidadania contra a Fome. Em 1997, por exemplo, entre janeiro e setembro não há uma matéria sequer sobre a fome. Mas 18 matérias se concentram nos 3 meses finais daquele ano.

Esta primeira fase destoa das demais pelo fato de não ser motivada por fontes oficiais mas por um movimento da sociedade civil. No seu estudo etnoconstrucionista sobre as notícias, Gaye Tuchmann (1992) afirma que entender a rotinização do trabalho jornalístico é algo importante num estudo sobre construção de notícias. No estudo sobre a cobertura da mídia norte-americana sobre o movimento feminista, Tuchmann constatou que as ações do movimento não conseguiam ser notícia não por diferenças ideológicas entre as empresas e o movimento, mas por uma desconexão do movimento e horários de fechamento dos jornais, construção de relações entre fontes e jornalistas etc. O movimento Ação da Cidadania contra Fome conseguiu articular ações de visibilidade ao mesmo tempo que tinha um porta-voz de destaque presente em várias notícias e reportagens: o sociólogo Herbert de Souza.

A professora do Departamento de Relações Públicas e Propaganda da USP, Margarida Kunsch, no artigo “Sociedade Civil e Mídia” chama atenção para o fato de a partir dos anos 80, no Brasil, os movimentos sociais começarem a investir na comunicação como algo estratégico na sua atuação. Isso consolidou o fato de várias Organizações Não-Governamentais (ONGs) terem, quase sempre, um assessor de imprensa. Ela cita

justamente o movimento Ação da Cidadania como um dos que conseguiu êxito justamente pela boa relação que manteve com os meios de comunicação.

A segunda fase da cobertura se concentra no ano de 1998. A seca foi uma das grandes responsáveis pelo aumento da cobertura, mas não foi a única. Praticamente em todas as ações de saque, era destacada a participação do Movimento dos Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como no dia 15 de maio quando trouxe na primeira página: “CUT e MST comandam cerco a 3 supermercados”. Mesmo que a fome fosse a justificativa dada pelos “saqueadores”, era sempre destacado o fato de eles pertencerem ao MST e à CUT.

Num estudo sobre a relação entre o MST e a grande imprensa brasileira nos anos 90, Rachel Bertol destacou que entre os anos de 1997 e 2000 se configurou um período de confronto entre o movimento e a mídia:

*“Foi uma diferença. Eles partiram logo para o confronto. Mudou o tom, todo mundo sentiu. Foi uma surpresa”, lembrou, em entrevista informal, jornalista que na ocasião trabalhava diariamente na editoria política de um grande jornal. Sua sensação era de que, de certa forma, os sem-terra haviam traído o apoio que por meses, aos poucos, durante a marcha, tinham conquistado no Brasil todo, e até internacionalmente. Na verdade, em nossa opinião, a partir daquele momento, os sem-terra começaram a ingressar em nova esfera de luta simbólica, claramente mais politizada, regida por códigos e normas diferentes do universo no qual eram costumeiramente retratados” (BERTOL, 2002, p. 51)*

Não é objetivo do trabalho fazer um estudo sobre a relação entre MST e imprensa, mas a leitura de algumas notícias e reportagens pode mostrar como a fome se torna um assunto secundário quando, por exemplo, há referências a saques comandados pelo MST.

A última fase relevante da cobertura se concentra no ano de 2003. Pelo motivo já exaustivamente dito: o lançamento e o acompanhamento do programa Fome Zero. Ocorre,

no entanto, uma queda substancial da cobertura de 2003 para 2004 (de 110 notícias e reportagens para 28).

Em dezembro de 2004, não foi a fome que mereceu destaque, mas a ausência dela. A polêmica começou no dia 17 com manchete de capa: “40,6% dos brasileiros estão acima do peso”. A divulgação da pesquisa do IBGE, tratada anteriormente, mereceu destaque pelos dados inesperados: a obesidade no Brasil é um problema muito maior que a desnutrição.

O levantamento de dados empíricos na *Folha de S. Paulo* mostra algo interessante: as notícias sobre a fome tem quase sempre o Nordeste como cenário principal. Algo construído socialmente ou um espelho da realidade? Discussão para o capítulo seguinte.

### **6.3. Fome: um problema nordestino ou brasileiro?**

No ano de 1995, quando foram publicadas 79 notícias e reportagens sobre o tema não há uma distinção clara sobre o local onde o problema se concentra. Como a maioria das matérias se refere às ações da campanha, que se concentram no Rio de Janeiro e em São Paulo, não há uma menção ao Nordeste como local que o problema é mais grave.

Mas, nos demais anos, tanto pela quantidade de matérias como pela forma como elas são apresentadas, a região Nordeste aparece como o principal local no Brasil onde o problema se concentra. Exemplo emblemático de como o Nordeste é “tratado” nas notícias sobre a fome é a notícia do dia 29 de abril de 1998: “Seca faz Nordeste decretar calamidade pública”. Mas quando se lê logo o primeiro parágrafo, vê-se que a notícia se refere na verdade a uma única cidade da Paraíba: “O prefeito interino de Campina Grande, Lindaci Medeiros (PMDB), decretou anteontem estado de calamidade pública no município por causa da seca”. O uso da sinédoque (tomada do todo pela parte) é algo usado reiterada vezes. Mainguenu (2004) ressalta que o texto impresso dirigido para um grande número de leitores tem que prever o tipo de competência que dispõe seu destinatário. O leitor da *Folha* não tem a obrigação de ter um saber enciclopédico geográfico para saber onde se localizam vários municípios do Nordeste brasileiro. Mas o uso excessivo da sinédoque pode acabar configurando algo apressado e infundado.

Ora, sendo o Nordeste a região onde há seca e onde os saques se concentravam, como não seria sobre lá que a fome seria noticiada? A questão é que a fome não é notícia como um problema urbano das grandes cidades. Não há notícias sobre fome em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Manaus, por exemplo.

A Ação da Cidadania contra a Fome se concentrou nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, em 1995, e depois deste ano não há mais notícias sobre fome nesses dois



estados quase como se fosse certo dizer que ela acabou e se tornou realmente um problema das áreas rurais do Nordeste brasileiro. Esta é exatamente a conclusão do estudo do IBGE divulgado em 2004. Pode-se dizer, portanto, que uma leitura sobre os dados da cobertura da *Folha de S. Paulo* coincide com a conclusão do estudo do IBGE. Não está se afirmando aqui, no entanto, que a fome realmente acabou no resto do Brasil e a *Folha* apenas reproduz esta “realidade”. Mas, entre vários problemas urbanos que a *Folha* apresenta em suas notícias (desemprego, falta de moradia, violência etc) a fome não aparece.

#### **6.4. Ações bélicas**

A maior parte das notícias sobre a campanha Ação da Cidadania contra a Fome era de divulgação de ações tentando envolver o leitor para caminhadas, compra de camisas e outros materiais da campanha, além de doações de alimentos e mesmo de dinheiro. A *Folha* se engajou na campanha e isso explica a quantidade de notícias e reportagens a partir de setembro de 1995.

O caderno *Folhateen*, dirigido ao público adolescente, publicava todos os domingos notícias com o carimbo “Teens contra a fome”. Da mesma forma, o caderno de esportes publicava notícias com o carimbo “Fome de Bola” chamando os leitores a jogos beneficentes e a levarem alimentos para os estádios nos dias de jogos.

Chama a atenção nos títulos desse período um vocabulário bélico. A começar pelo termo “campanha”, algo que como afirmou Bonfim (2004), que designa uma luta temporária. Não é algo que se faça de forma permanente, mas só durante um período determinado de tempo. De fato, as notícias se concentram no período de setembro a dezembro, no ano de 1995, e de outubro a dezembro, em 1996 e 1997. Fora do período de campanha as notícias sobre o tema praticamente desaparecem. No ano de 1997, por exemplo, de janeiro a setembro não houve notícia sobre o tema.

Nos títulos, os verbos “combater” e “lutar” são usados repetidas vezes (o uso dos termos é algo tão introjetado no vocabulário que trata do tema que muitas vezes neste trabalho eles também foram usados). A fome é uma espécie de inimigo que para “vencê-lo” ou “derrotá-lo” é preciso uma luta ou combate. Mas aqueles que “lutam” ou “combatem” não são apenas as vítimas, mas os leitores do jornal chamados a essa campanha. Uma leitura apressada pode fazer parecer que a fome é um “inimigo difuso” difícil de ser

mensurado e que as matérias não apresentem responsáveis pelo problema. Nem sempre isso é verdade.

No dia 21 de dezembro de 1995, às vésperas do Natal e, portanto, às vésperas do final da campanha naquele ano, a Folha trouxe a seguinte manchete de capa: “Betinho ataca governo e Fiesp por falta de apoio à área social”. Já foi dito (BONFIM, 2004) que o movimento liderado por Betinho foi, na história do Brasil, o que melhor traçou uma estratégia midiática de envolvimento da sociedade no que se refere à fome. O título da reportagem daquele dia é emblemático disso. Ali, há um enunciador (Betinho) que durante toda a campanha naquele ano (e em outros dois anos anteriores já que o movimento se iniciou de fato em 1993) consolidou uma imagem carismática de militante contra o problema e que ao “atacar” (novamente um termo bélico) “governo” e “Fiesp”, nada mais faz do que apontar como responsáveis políticos (representados pelo termo “governo”) e empresários (“Fiesp”).

Outra constatação desse período é que, até pela natureza das notícias, não há uma prevalência das fontes oficiais. Não são representantes da área social do Governo as principais fontes das notícias dessa fase da cobertura. São, sobretudo, representantes dos comitês da campanha e as pessoas beneficiadas as principais fontes desse período. Isso permite dizer que houve, portanto, mais declarações críticas sobre o problema? Nem sempre. Conforme já visto, pela teoria estruturalista da notícia, os meios de comunicação funcionam como vetores pelo qual os grupos dominantes reproduzem suas interpretações da realidade. Isso aconteceria, entre outras coisas, porque os meios privilegiam fontes oficiais. A teoria etnoconstrucionista chega a conclusão parecida, embora afirme que, na verdade, os meios de comunicação acabam por dar prioridade às fontes oficiais por estas conseguirem entender melhor as rotinas das redações e construírem laços mais firmes com

os jornalistas do que os movimentos sociais conseguiriam. Mas a simples reprodução do discurso de fontes não-oficiais não representa, por si só, algum tipo de crítica ao *status quo* dominante.

Mesmo assim, diferente de matérias sobre doações publicadas no jornal *O Povo* quando o “respeito à ordem” era algo sempre presente, na *Folha de S. Paulo*, até pelo engajamento através de um movimento social, houve espaço para críticas dos enunciadores presentes nas notícias. Novamente citando a notícia, manchete de capa, do dia 21 de dezembro de 1995:

*“Ao anunciar a arrecadação no Rio de 600 toneladas de alimentos pela campanha Natal sem Fome, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, criticou o governo federal e os empresários ligados à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Para Betinho, esses empresários têm falado em ajudar os mais necessitados, mas nada fazem. “Desde o tempo que o Mario Amato era presidente da Fiesp, não produziu um quilo de feijão a saliva que gastei com ele.” Betinho criticou o governo por colocar dinheiro público para ajudar os bancos Nacional e Econômico. “Isso prova que existe muito dinheiro sobrando. Basta dar prioridade para botar dinheiro no social, e não no setor financeiro.” As 600 toneladas de alimentos arrecadadas começaram a ser entregues ontem para 217 comitês no Rio do movimento Ação da Cidadania contra a Fome e Pela Vida, que promove a campanha Natal sem Fome. Esses comitês distribuirão os alimentos para cerca de 60 mil famílias carentes cadastradas. O sociólogo afirmou que, às vezes, se sente “fazendo papel de palhaço”. Ele disse que empresários paulistas se solidarizam com os colegas do Rio vítimas de seqüestro, mas deviam ser solidários “com os milhões de esfomeados”.*

Pode-se argumentar que se trata de uma fonte privilegiada já que o líder do movimento era alguém que ocupava uma posição institucional de autoridade. Traquina (2004) afirma que a autoridade da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística. Para ele, “as fontes que, em outras ocasiões, forneceram materiais

credíveis têm boas probabilidades de continuarem a ser utilizadas, até se transformarem em fontes regulares” (2004, p. 106). Betinho era não só uma fonte regular, mas uma fonte de tamanho destaque que apareceu em alguns títulos. Não deixa de ser verdade que ele era uma fonte com autoridade, mas isso não invalida a constatação de que a cobertura da *Folha de S. Paulo*, em matérias sobre doações, tenha aberto um espaço crítico maior que a cobertura do jornal cearense.

#### 6.4.1. Do canibalismo à fome norte-americana

Quando a fome deixa de ser um problema “próximo”, o jornal *Folha de S. Paulo* dá destaque ao problema em países distantes chamando atenção para o lado mais extraordinário e, às vezes, pitoresco da notícia. No ano de 1997, as notícias sobre a campanha Ação da Cidadania contra a Fome diminuíram bastante. O jornal não se engajou à campanha que, naquele ano, perdera seu líder e principal porta-voz, o sociólogo Betinho.

Assim, ficaram mais visíveis notícias internacionais sobre o problema. E a fome é tratada, em alguns casos, quase como um *fait-divers*. Na edição internacional de 2 de outubro de 1997, o jornal publicou notícia com o seguinte título: “Norte-coreanos comem pessoas”. Segue a notícia:

*“O principal jornal em inglês de Hong Kong diz que os norte-coreanos estão recorrendo ao canibalismo, devido à escassez de alimentos na Coréia do Norte, o país mais fechado do mundo. Um correspondente do jornal na fronteira entre a China e a Coréia do Norte menciona rumores segundo os quais as autoridades estão executando pessoas para vender a carne humana. O "South China Morning Post" diz que a situação da fome, apesar de generalizada, é mais grave no extremo norte do país e que várias pessoas entram clandestinamente na China para conseguir comida com parentes que vivem do outro lado da fronteira. O jornal ainda relata que muitas pessoas que morrem de fome não estão sendo enterradas, porque os parentes não têm força para fazê-lo”.*

A *Folha* acabou publicando rumores de um correspondente de um jornal de Hong Kong como notícia (“norte-coreanos comem pessoas”). Não é objetivo dessa dissertação avaliar qualidade da apuração. Mas a fome, da forma como apresentada, se torna algo espetacular, extraordinário e que chama atenção pelo pitoresco. Além do mais, ao considerar a Coréia do Norte “o país mais fechado do mundo” faz também uma observação ideológica sabendo-se que se trata de um país que vive sob um regime comunista.

No ano de 1996, outras duas notícias chamam atenção pelo “inesperado”. Ambas tratam sobre a fome nos Estados Unidos: 17/8 – “Aumenta o número de crianças com fome nos EUA” e 12/12 – “Fome infantil afeta 4 milhões nos EUA”. O critério de noticiabilidade nesses dois casos é evidente: a fome se torna notícia pois é algo inesperado de acontecer de forma tão significativa num país que tem o maior PIB do mundo.

Se o critério do inesperado não serve para determinar quando a fome deve ser notícia quando acontece no Brasil (já que é fato bastante rotineiro), nas notícias internacionais o “extraordinário” é quase sempre o fator determinante.

## **6.5. A fome em ano de seca**

Se durante fase anterior da cobertura (1995-1997), a campanha Ação da Cidadania contra a Fome foi responsável pela grande visibilidade do problema, sobretudo no ano de 1995, a seca, assim como no jornal *O Povo*, foi a principal responsável pela presença da fome na *Folha de S. Paulo* em 1998. Outro fator que trouxe o tema à tona foi o ano eleitoral e a proposta de Fernando Henrique Cardoso de “eliminá-la”.

### **6.5.1. “É melhor pedir que roubar”**

Assim como no jornal *O Povo*, foi a seca e os saques motivados por ela os principais responsáveis pelas matérias desse período. Mas há uma diferença no “enquadramento” dos dois jornais. A *Folha* ressaltava com frequência o fato de os saques serem realizados pelo Movimento dos Sem-Terra, enquanto no *O Povo* os saques eram realizados por uma turba desorganizada identificada apenas como “invasores” e “saqueadores”.

Além disso, enquanto o discurso dos diretores do movimento era de que os saques eram motivados pela fome, na *Folha* há uma “desqualificação” desse argumento. Os saques eram uma atitude política simbólica de protesto contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso fica explícito no título da reportagem do dia 1 de agosto: “MST faz saque em protesto contra FHC”.

Vários exemplos de notícias nesse sentido aparecem nesse período. No mês de maio de 1998, foram 26 notícias e reportagens sobre fome. Todas tendo a seca como responsável pelo problema. Dessas, 18 se referiam, já nos títulos, a saques e sete delas ao MST. O valor-notícia que prevalece é novamente o “rompimento da ordem” representado pelo saque. Não se pode dizer que há uma “condenação” do saque nas notícias e reportagens da



*Folha*, mas é a mudança na normalidade que o saque representa que torna o tema noticiável.

Pode-se argumentar que a fome não é notícia nesses casos e sim os saques. A fome é sempre o argumento que motiva esse rompimento da “normalidade” e acaba sendo apresentada como algo “natural” já que causada pela seca, “um evento da natureza” como um castigo religioso. Para mostrar como é recorrente a relação de seqüência seca-fome-saque, seguem quatro leads com essa seqüência:

*“O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) protestou ontem contra o presidente Fernando Henrique Cardoso realizando mais um saque em Pernambuco \_o sexto nesta semana. Para o coordenador estadual do MST, Jaime Amorim, o saque, “além de servir para matar a fome dos trabalhadores”, seria também “uma forma de mostrar a insatisfação do povo contra a fome e o desemprego”. Carlos Silva Brasileiro, outro dirigente do MST, disse que os 76 acampamentos do movimento em Pernambuco não recebem cesta básica do governo federal e, por isso, “cada saque é também um protesto”. (1/8/1998);*

*“Mulheres e crianças com fome promoveram três pequenos saques nos últimos dois dias em Parnamirim (573 km a oeste de Recife), o que forçou a transferência dos alimentos para a sede do pelotão da Polícia Militar no município. O grupo de 200 pessoas arrombou por duas vezes a porta do depósito da prefeitura e uma vez a Ceasa (Centro Estadual de Abastecimento S/A), mas a polícia evitou o saque total. Eles conseguiram levar pouco mais de 250 quilos de alimentos”. (30/5/1998);*

*“O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) realizou ontem o terceiro saque em Pernambuco nos últimos dois dias. Foram levados 12 toneladas de alimentos enlatados de um caminhão que foi interceptado na BR-101, em Gameleira (92 km de Recife). “Saqueamos para matar a fome, mas o ato foi também um protesto contra a venda da Telebrás”, disse Carlos da Silva Brasileiro, 24, um dos líderes do MST em Pernambuco”. (30/7/1998);*

*“O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) decidiu realizar um dia de saques em Pernambuco e anunciou a possibilidade de deflagrar até 30 ações simultâneas na Zona da Mata, agreste e sertão do Estado.*

*Segundo o movimento, as ações envolveriam, além dos sem-terra, moradores da periferia das cidades, formada em grande parte por lavradores que migraram do campo por falta de trabalho. "Vai começar tudo de novo", avisou ontem o líder do MST em Pernambuco, Jaime Amorim. "Ninguém vai passar fome novamente nos acampamentos", disse ele à Agência Folha". (25/9/1998);*

O verbo que aparece associado à fome em dois desses exemplos é o verbo “matar”. Algo que pode ser visto novamente como recorrência a um termo bélico, a expressão “matar a fome” é, de certa forma, já introjetada de forma natural no vocabulário sobre o tema. Objetivo final do “combate” e da “luta” diante do “inimigo”. Assim, completa-se a seqüência de estrutura de boa parte das notícias daquela época. Começam com a seca (evento da natureza) causadora, ou seja, responsável pela fome cujas ações para “matá-la” são os saques (rompimento da normalidade) e as doações, como a distribuição de cestas básicas em programas governamentais ou o apelo à “solidariedade cristã” (manutenção da ordem).

No jornal *O Povo*, eram mais visíveis nas notícias sobre doações o respeito à ordem para se fazer merecedor de receber donativos. Na *Folha*, isso é menos visível, mas mesmo assim há exemplo disso como a reportagem do dia 3 de agosto de 1998: “É melhor pedir que roubar”. Destacada assim no título, a frase, na verdade, é atribuída a um agricultor que montou uma barraca na estrada que leva a Canindé para pedir esmolas.

Mesmo sendo a seca a principal responsável pela grande visibilidade do problema, o jornal publicou no dia 4 de setembro de 1998 uma reportagem sobre a campanha eleitoral daquele ano cujo texto foi reproduzido, como material da agência *Folha*, da mesma forma no mesmo dia no jornal *O Povo*. Uma leitura sobre a influência de pronunciamentos dos presidentes sobre o tema é assunto do subitem a seguir.

## 6.6. “Em 4 anos, não haverá mais fome”

Antes de falar sobre a cobertura da fome por conta do lançamento do programa Fome Zero, é interessante fazer uma comparação com a visibilidade que o tema obteve a partir de propostas do governo Fernando Henrique Cardoso. A comparação mostra uma diferença absurda. Enquanto que em 2002 e 2003, por conta de pronunciamentos de Lula a fome alcançou seu maior momento de visibilidade nos dez anos estudados, os pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso foram responsáveis por apenas três notícias.

A primeira no dia 2 de janeiro de 2005. Justamente a reportagem sobre a posse do Presidente no dia anterior e seu pronunciamento oficial com o título “FHC assume governo e convoca mutirão contra miséria e fome”. A segunda em 4 de setembro de 1997: “FHC quer ‘eliminar’ fome em 4 anos”. Com o mesmo título, a notícia foi publicada no jornal *O Povo* no mesmo dia. E a terceira em 14 de novembro de 2002: “FHC diz que Lula deve seguir o FMI e critica ‘Fome Zero’”. É nessa notícia que o então presidente, em palestra na universidade de Oxford, afirma que a fome é rara no Brasil. A declaração polêmica ganhou grande destaque no jornal *O Povo*, mas na *Folha* é apenas mencionada em parágrafos intermediários do texto.

Uma avaliação de temas como saques, programas sociais como o Comunidade Solidária e o projeto de lei de um Fundo de Combate à Pobreza mostram que o então Presidente da República até se pronunciou indiretamente em outras oportunidades sobre o problema. Mas falando explícita e diretamente sobre a “fome”, em oito anos de mandato, apenas nessas três ocasiões segundo os dados da *Folha de S. Paulo*. De promessa no pronunciamento oficial de posse em 1995 à declaração de que a fome no Brasil era algo raro, os pronunciamentos de FHC não geraram uma visibilidade maciça do problema.

Tanto que a fome ganhou visibilidade pela mobilização em torno da campanha Ação da Cidadania contra Fome e dos saques que ocorrem por conta da seca em 1998.

Conforme já visto, as teorias estruturalista e construcionista sobre a notícia destacam que um assunto tem grande possibilidade de se tornar notícia se tiver relacionado com uma fonte oficial e com o prestígio que ela representa. Desnecessário dizer o prestígio e o interesse público que manifestações de um Presidente da República representam. Mas nos oito anos de mandato de FHC, outros fatores foram mais importantes para a noticiabilidade do tema.

Essa foi a principal diferença entre os anos FHC e os dois primeiros anos do Governo Lula. Nos primeiros seis meses do primeiro ano do governo Lula, seus pronunciamentos geraram dez vezes mais notícias sobre a fome que todos os oito anos de pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso.

## 6.7. O programa Fome Zero

Assim como no jornal O Povo, a grande quantidade de notícias sobre o programa Fome Zero merece por si só abordagem num único trabalho, onde devesse se levar em consideração também os textos opinativos. Foi o período, no levantamento de 10 anos, que a fome ocupou mais espaço na imprensa. Tanto na *Folha de S. Paulo* como no jornal *O Povo* e muito provável que em toda a imprensa brasileira. Se em termos de quantidade foi o momento mais marcante, terá sido também em termos qualitativas? Como a fome foi apresentada?

Várias vezes ao longo do ano, o Presidente Lula e vários integrantes do Governo se pronunciaram sobre a fome. Ela era então notícia ou quem era notícia, na verdade, era o Presidente Lula? Ora, é óbvio que se Lula não se pronunciasse sobre o problema, com a intenção de propagandear o programa Fome Zero, a fome não alcançaria o espaço que obteve. Mas, na medida em que ele fala sobre o problema acaba agendando a imprensa para uma cobertura sobre o tema.

Em 2004, depois da grande visibilidade sobre o tema, a fome deixa de ter tanto destaque (foram 110 em 2003 e 28 em todo o ano de 2004). Pode haver duas explicações. A primeira a de que a ineficácia do programa Fome Zero tenha esvaziado o interesse do jornal sobre o tema. Ora, se o programa foi ineficaz, a quantidade de pessoas com fome no país permaneceu alta o que sugeriria que o interesse público, uma das características da notícia, exigiria uma cobertura mais presente.

A explicação que parece mais plausível e não menos polêmica é que o esvaziamento do programa partiu de uma atitude do próprio Governo. Em 2004, o Governo optou por unificar todos os programas sociais de transferência de renda em um único: o Bolsa-Família. Como a cobertura da fome se pautou, na verdade, pelas ações do Governo e os

pronunciamentos do Presidente Lula, quando as atenções destes se voltaram para a defesa e propaganda do Bolsa-Família, a imprensa, e, no caso estudado, a *Folha de S. Paulo* (e mesmo o jornal *O Povo* e, talvez, toda a imprensa brasileira) “esqueceram” a fome, ou melhor, o Fome Zero. Dado que vem corroborar isso é o de que entre os meses de outubro e novembro de 2003 houve um decréscimo de 13 para 5 matérias. O programa Bolsa-Família foi lançado justamente no mês de outubro o que ajuda a mostrar que a cobertura deu ênfase maior ao programa social do governo (ações como visita de ministros, declarações do Presidente, transferência de renda, distribuição de cestas).

Títulos das matérias nos dois primeiros meses do ano servem para uma leitura do que foi a cobertura da fome nesse período:

#### **Janeiro/2004**

- 3 – Fome Zero será tema principal da primeira reunião;
- 4 – Piauí a toda velocidade;
- 5 – Cupom de R\$ 50 e verba para casas dão início ao Fome Zero;
- 7 – Lula tira marca da fome de viagem à miséria;
- 8 – Aécio vai com petista ao “vale da discórdia”;
- 9 – Lula escala 30 ministros para visitar miséria;
- 11 – D. Mauro vê disputa de poder no Fome Zero;
- 13 – Fome Zero precisa de R\$ 5 bi, mas orçamento prevê apenas R\$ 1,8 bi;
- 14 – Morador de favela de Brasília pede visita de Lula / D. Mauro diz que deve participar do Fome Zero;
- 17 – 41 ações do Fome Zero saem dia 30;
- 18 – Lessa diz que BNDES apoiará o Fome Zero;

- 20 – Fome Zero esbarra na falta de pessoal e no baixo orçamento;
- 22- Graziano defende projeto e refuta Marta;
- 23 – D. Mauro volta a criticar estratégia do Fome Zero;
- 26 – Dirceu defende taxaço sobre fluxo capital;
- 27 – Lula pede pacto mundial contra a fome;
- 28 – PT erra no combate à fome, diz tucano;
- 29 – Piauí terá a maior lista de municípios do Fome Zero;
- 30 – Maranhão reclama de exclusão no Fome Zero;
- 31 – Fome Zero começa em municípios que já recebem auxílio.

#### **Fevereiro/2004**

- 1 – Cidade-piloto do Fome Zero pede água em vez de comida;
- 2 – Graziano indica que vale-gás e bolsa-renda podem acabar;
- 3 – Ministros vão hoje a Guaribas para lançar programa;
- 4 – Governo lança pacote de promessas no Piauí;
- 5 – Petista convoca juramento contra pobreza;
- 6 – Economista da OIT elogia concepção do Fome Zero;
- 7 – Vera Loyola arrecada fundos para o Fome Zero;
- 8 – Graziano liga migração de nordestinos a crimes em SP;
- 13 – Brasil leva Fome Zero ao placar;
- 14 – Combate à fome mais do que slogans, afirma FHC;
- 15 – Lula critica imprensa e elite e defende Fome Zero;
- 28 – Agentes jovens vão fiscalizar programa no PI.

Os títulos do jornal desse período mostram que houve um enquadramento episódico em que as notícias se centravam em eventos que relatavam fatos, como visitas de membros do Governo ao Nordeste e reuniões burocráticas sobre liberação de verbas, ou declarações de autoridades como o Presidente da República, ministros, governadores, parlamentares etc. Durante o resto do ano a cobertura segue na mesma linha do enquadramento episódico, mas a partir do momento em que a principal ação do Fome Zero (que acabou sendo a distribuição de R\$ 50 para famílias que se enquadravam dentro de uma determinada faixa de renda) é transferida para o programa Bolsa-Família, o interesse pelo assunto diminui bastante e só volta a ocupar as páginas da *Folha* com destaque no final de 2004 com a divulgação da pesquisa do IBGE que apontava que o Brasil tinha que se preocupar mais com a obesidade do que com a desnutrição.



## 6.8. O fim da fome

Os resultados da pesquisa de orçamentos familiares (POF) feita pelo IBGE ganhou destaque na primeira página da edição de 17 de dezembro de 2004 (“40,6% dos brasileiros estão acima do peso”). Nessa reportagem, a *Folha* optou por se apresentar de uma forma mais objetiva e imparcial, o que Gaye Tuchmann (2004) afirma como uma estratégia que visa levar o leitor a aceitar a história como autêntico “espelho da realidade”. A apresentação de dados da pesquisa do IBGE funcionou como uma marca de precisão daquilo que estava sendo dito. Seguem os parágrafos iniciais da reportagem:

*“Contrariamente à idéia bastante alardeada, mesmo dentro do governo federal, a fome não é mais um problema relevante para a grande maioria dos brasileiros adultos. Ela está circunscrita a um segmento minoritário, concentrado nas mulheres do Nordeste rural. O mais grave agora, na população com 20 anos ou mais, é o excesso de peso.*

*Dados da 2ª etapa da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), divulgada ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revelam que o excesso de peso atinge 40,6% da população adulta, ou 38,8 milhões de brasileiros. Desses, 10,5 milhões são obesos (8,9% dos homens e 13,1% das mulheres). “A pobreza no Brasil não se manifesta por meio da fome, mas sim em termos de qualidade de vida e de desigualdade de rendimentos”, disse Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE.*

*A pesquisa foi feita entre julho de 2003 e junho deste ano em 48.470 domicílios, um em cada mil, de todas as regiões. Além dos gastos com alimentação e outros tópicos do orçamento doméstico, foi feita pela primeira vez um levantamento antropométrico \_peso e altura dos entrevistados\_, o que permitiu calcular com precisão o IMC (Índice de Massa Corporal). O IBGE também colheu dados sobre a situação nutricional das crianças e adolescentes, mas eles ainda estão sendo analisados e serão divulgados posteriormente”.*

O lead da reportagem (um soft lead ou lead indireto) é praticamente um resumo da principal conclusão da pesquisa do IBGE. Aparecem ao longo do texto, elementos que favorecem a objetividade: o uso do verbo revelar que incide como um valor de verdade do

enunciado; recurso a sinais de precisão (a constante citação aos dados e percentuais da pesquisa) e a utilização de uma fonte autorizada e livre de interesses políticos na divulgação dos dados.

A repercussão da pesquisa do IBGE, no entanto, foi maior entre textos opinativos de edições seguintes do que em textos informativos. Ela só voltou a ser notícia na edição do dia 21 de dezembro (“Petista relativiza dados do IBGE sobre a fome”) e novamente num enquadramento episódico. Um pronunciamento do Presidente Lula. Na edição do dia seguinte, uma notícia do jornal servia como contraponto à crítica do presidente (“IBGE contesta declarações do presidente sobre a fome”). Uma comparação entre os leads das duas notícias permite afirmar que a *Folha* assumiu para si o discurso do IBGE para opor um senso crítico ao Presidente Lula.

*“Quatro dias depois de o IBGE ter divulgado sondagem sobre o excesso de peso dos brasileiros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que “a fome não é coisa medida em pesquisa”.  
“Nem todo mundo que passa fome reconhece que passa fome. Pode colocar todos os institutos de pesquisa para saber se as pessoas estão com fome e, possivelmente, o resultado será negativo”, disse Lula em celebração do Natal no Palácio do Planalto.  
Na avaliação do presidente, “as pessoas têm vergonha” de dizer que passam fome: “As pessoas não sentem orgulho de dizer: ‘Passo fome. Não comi as calorias e proteínas necessárias’.” (Folha de S. Paulo – 21/12/2004)*

*“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva partiu de uma premissa errada ao comentar indiretamente, antontem, pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que revelou, na semana passada, a existência de mais adultos com excesso do que com déficit de peso no Brasil.  
Lula disse, em comemoração no Palácio do Planalto, que as pessoas “têm vergonha” de declarar que passam fome: “A fome não é uma coisa medida em pesquisa (...). Pode colocar todos os institutos de pesquisa para saber se as pessoas estão com fome e, possivelmente, o resultado será negativo (...). Não é todo ser humano que reconhece que passa fome”.  
Na realidade, a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) do IBGE não extraiu os números sobre déficit de peso e obesidade a partir de perguntas subjetivas sobre fome.*

*Como diz o próprio presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, "o que a pesquisa fez foi medir e pesar as pessoas e determinar, segundo padrões estabelecidos internacionalmente [pelo Índice de Massa Corporal], quem está abaixo do peso indicado e quem está acima. Não há nada de subjetivo nesse cálculo". (Folha de S. Paulo – 22/12/2004)*

Mesmo assim, não é correto afirmar que a *Folha de S. Paulo* não seguiu regras de objetividade ao dar espaço às duas possibilidades de leitura sobre a fome. Uma a de que o Índice de Massa Corporal (IMC), ou seja, um dado objetivo possa servir para quantificar o problema no país e, no caso da pesquisa do IBGE, dizer que ela já não é mais problema no país. A outra a de que a fome é algo subjetivo difícil de ser mensurado numa pesquisa.

O debate sobre a pesquisa, pelo menos em textos informativos no ano de 2004, se esgotou aí e, mesmo diante de uma vasta pesquisa, se resumiu ao jornalismo declaratório e as duas possibilidades de leitura sobre a fome, algo absolutamente novo em 10 anos da cobertura do jornal, se esgotaram na cobertura episódica cujo critério de noticiabilidade passou do “inesperado” (os dados apontados pela pesquisa) para a cobertura de uma fonte privilegiada, no caso o Presidente da República.

Uma comparação entre os dados quantitativos do levantamento de 10 anos do jornal e de uma leitura “qualitativa” sobre esses textos mostra uma conclusão curiosa. Embora a fome tenha sido assunto de relativo interesse no jornal já que esteve presente em mais de 400 edições em 10 anos, sendo 110 só em 2003, a forma como o jornal abordou (uma quantidade infinitamente maior de notícias – uma cobertura principalmente “episódica”, ou seja, baseada em eventos – saques, campanha e declarações de fontes autorizadas – do que de reportagens) mostra que o tema foi tratado de forma superficial pela *Folha de S. Paulo*.

## 07. Conclusões

Durante a trajetória deste trabalho ficou clara a abertura de novos caminhos para pesquisas futuras tanto na área da teoria do jornalismo quanto em estudos que se interessem pela cobertura da fome na mídia. Mesmo tendo sido feito um levantamento quantitativo sobre os dez anos de cobertura noticiosa nos dois jornais, outras leituras sobre esse mesmo período são possíveis.

Um levantamento sobre os textos opinativos, como artigos e editoriais, completaria o estudo sobre a presença da fome na mídia. O autor do trabalho, durante a pesquisa do material, mesmo não tendo relatado neste espaço – algo que fugiria à proposta original – percebeu que se travou em momentos distintos um debate de opiniões através de artigos, principalmente na *Folha de S. Paulo*, sobre a fome. No ano de 2003, ano em que o programa Fome Zero foi o responsável por grande visibilidade do tema no jornal, embora não tenha sido feito um levantamento nos moldes como o feito em relação às notícias e reportagens, notou-se a publicação de uma variedade de artigos na página 2 do jornal, tradicional por ser um espaço de opinião.

Tanto os autores da teoria estruturalista da notícia quanto os autores da teoria etnoconstrucionista chegam à conclusão parecida quanto ao fato de a mídia reproduzir, quase sempre, um discurso dominante ou oficial. Enquanto que para os autores da primeira as notícias acabam sendo a reprodução do “discurso oficial” por ser proferido por “fontes autorizadas”, quase sempre membros da classe dominante e conseqüentemente reprodutores desse discurso oficial, para os autores da segunda, por estarem mais alinhadas às rotinas de trabalho dos jornalistas, as fontes oficiais acabam por prevalecer sobre as fontes não-oficiais. Por não entenderem o funcionamento das rotinas produtivas, terminam

sendo preteridas. As duas levam a crer a existência de dois discursos diferentes: um oficial e um não-oficial, crítico, antagonico e de resistência ao primeiro.

A leitura dos dados empíricos da cobertura da fome dos dois jornais mostra que nem sempre isso se mostrou verdadeiro. Mesmo em notícias em que as únicas fontes eram “fontes não-oficiais”, como vítimas da fome não-mobilizadas por nenhum sindicato, associação ou movimento social, nem sempre se reproduzia um discurso crítico ou antagonico. A reprodução de idéias do tipo “é melhor pedir do que roubar” é uma prova disso.

O estudo reconhece, no entanto, que seria preciso uma pesquisa que tivesse acesso ao modo de trabalho dos jornalistas, nos moldes da pesquisa feita por Gaye Tuchmann, para analisar o processo de seleção dos discursos “apurados” pelos repórteres e publicados na edição final para que pudesse gerar dados mais precisos sobre a presença das fontes não-oficiais. O certo é que, no caso da fome, elas nem sempre se revelaram críticas em relação a um *status quo* dominante. O que poderia ser articulado também com leituras sobre as teses pioneiras de Josué de Castro de que o homem com fome se torna incapaz de desenvolver um senso crítico, se tornando um “animal” a ser explorado.

Outra constatação que ficou clara no trabalho foi a de que, conforme autores como Cremilda Medina (1998) e Igor Fuser (1996), e profissionais da área como Ricardo Kotscho (1998), citados no capítulo inicial, o “desaparecimento” da reportagem ou da “grande reportagem” (da forma como é apresentada por Edvaldo Pereira Lima (1993) como “aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto”) tem como consequência os jornais se tornarem muito mais parecidos do que diferentes. Houve uma prevalência do gênero notícia, algo que somado a uma cobertura primordialmente “episódica”, ou seja, pautada em declarações de autoridades ou no registro de eventos

como saques, tornou a cobertura dos jornais, mesmo de diferentes regiões e com públicos-leitores distintos, bastante parecida.

Voltando à citação de Cláudio Tognolli (2001), nas páginas 16 e 17 deste trabalho, é quase certo afirmar que a maioria das notícias sobre os saques, nos dois jornais, poderia ser produzida por um programa de computador que substituísse apenas o local e o nome das personagens envolvidas. Eram praticamente notícias com a mesma estrutura, repetindo as mesmas circunstâncias, variações dos saques e dos dramas humanos. Trata-se de uma provocação de Tognolli, mas que no presente trabalho se comprovou pertinente.

O que também ajudou a tornar os jornais parecidos foi o fato de ter prevalecido uma cobertura episódica. No ano de 2003, a cobertura sobre o programa Fome Zero foi muito mais sobre os “passos” e pronunciamentos do Presidente Lula. Tanto que quando o Governo Federal decidiu unificar seus programas sociais no Bolsa-Família em outubro de 2003, a quantidade de notícias sobre a fome, no caso sobre o Fome Zero, diminuiu acintosamente.

Mesmo assim, a diferença regional entre os dois jornais se evidenciou em alguns momentos. A proximidade é algo que influencia no critério de noticiabilidade. Isso ficou evidente quando, por exemplo, o jornal *O Povo* não teve uma cobertura sobre a Ação da Cidadania contra a Fome, enquanto que a *Folha de S. Paulo* chegou a se engajar na campanha. Isso talvez se explique pelo fato de as ações naquele ano se concentrarem no Rio de Janeiro e em São Paulo. Outra diferença regional marcante foi o fato de a *Folha*, com exceção de 1995 por conta da campanha daquele ano, não identificar a fome como um problema urbano, ou melhor, problema das grandes cidades, sobretudo São Paulo, a maior e mais rica do país.

O conjunto deste estudo espera ter dado uma contribuição para o estudo da notícia, sobretudo o estudo da notícia na imprensa brasileira. Da mesma forma, como um passo para que a fome, algo ainda presente na sociedade brasileira, passe a ser mais observada do ponto-de-vista de sua representação midiática.

Mesmo assim, reconhece suas limitações. Só o programa Fome Zero merece, por si só, um estudo detalhado sobre sua dimensão na mídia. Vale ressaltar que o programa não acabou o que o torna ainda objeto de constante observação e ainda merecerá trabalhos futuros, sobretudo aos que se interessarem em estudos sobre temas da cobertura política da mídia. Ainda mais pelo fato de terem surgido programas sociais nos mesmos moldes patrocinados por governos estaduais, o que mereceria estudos sobre a cobertura da imprensa regional nesses casos. Da mesma forma, o fenômeno da seca no Nordeste também merece um estudo exclusivo, assim como suas intervenções para resolvê-la como as propostas de transposição de bacias hidrográficas e a “eterna” distribuição de cestas básicas e abertura de frentes de serviço que tanto perpetuam a situação de miséria e exploração política da região.

Por fim, o trabalho também buscou investigar dados sobre a imprensa regional. Quando se fala em imprensa brasileira, quase sempre se fala dos grandes veículos do eixo Rio-S. Paulo. Mesmo reconhecendo o valor de relevantes pesquisas sobre a imprensa gaúcha, mineira e baiana, ainda há bastante o que se pesquisar no resto do país em relação à imprensa regional brasileira e este trabalho também espera ter dado contribuição nesse sentido.

Por fim, a proposição inicial deste trabalho não se esgota em suas páginas estando à disposição para outros pesquisadores que se interessem pelo tema, bem como a aperfeiçoamentos em pesquisas futuras.

## 08. Bibliografia

ARBEX JR, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo, Casa Amarela, 2001.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 2003.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *As políticas públicas sobre a fome no Brasil*. Brasília, Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2004.

BERTOL, Rachel. *O choque na mídia : formas de atualização do passado e a novidade social nos anos 90*. Dissertação defendida na Escola de Comunicação – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

CAPELATO, Maria Helena e MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Impres, 1981.

CASTRO, Josué de. *Fome: um tema proibido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro, Antares, 1980.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DANTAS, Audálio (org.) *Repórteres*. São Paulo, Senac, 1998.

FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1990.

FUSER, Igor (org.) *A arte da reportagem*. São Paulo, Scritta, 1996.

HALL, Stuart. “A produção social das notícias” in TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Veja, 1993.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*. São Paulo, Edusp, 2001.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis, Vozes, 1979.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.



MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

MAMEDE, Maria Amélia. *A construção do Nordeste pela mídia*. Fortaleza, Ioce, 1996.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista : o diálogo possível*. São Paulo, Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo, Summus, 1988.

\_\_\_\_\_. *Símbolo e narrativas: rodízio 97 na cobertura jornalística*. São Paulo, SMA, 1998.

MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1985.

MONTEIRO, Carlos Augusto. *A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil*. São Paulo, Estudos Avançados USP, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. “Teoria da Notícia: as relações entre o real e o simbólico”.  
MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, UnB, 2002.

PAIVA, Raquel e SODRÉ, Muniz. “O que é mesmo uma notícia” in Anais do XIV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Niterói, 2005.

SCHLESINGER, Philip. “Os jornalistas e sua máquina do tempo” in TRAQUINA, Nelson. (org.) *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa, Veja, 1993.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil Dias – os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1988.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo, Summus, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 2004.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

TÉTU, Jean François. “A informação local: espaço público local e suas mediações” in MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, UnB, 2002.

TOGNOLLI, Cláudio Júlio. *A sociedade dos chavões: presença e função do lugar-comum na comunicação*. São Paulo, Escrituras, 2001.

TRAQUINA, Nelson. (org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Veja, 1993.

\_\_\_\_\_. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, Unisinos, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis, Insular, 2004.

VIDAL, Márcia. *Imprensa e Poder: o I e II veteranos no jornal O Povo*. Fortaleza, Secult, 1994.

WAINBERG, Jacques. “A morte de jornais centenários e o caso do Rio Grande do Sul” in MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, UnB, 2002.

### **Documentos oficiais**

BRASIL. IBGE/ Ministério da Saúde/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003. Análise da disponibilidade familiar de alimentos e do estado nutricional no Brasil*.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar*. Conselho Nacional de Julho de 2004.

### **Guias de redação**

ANTUNES, Gibson. *Guia de Redação e Estilo do jornal O Povo*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, jornal O Povo, 2003.

*NOVO Manual de Redação da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 1992.